

EPF

**ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E. M.,
UNIPESSOAL, LDA.**



**RELATÓRIO DE GESTÃO E
CONTAS
2023**

Exmos. Senhores,

No cumprimento das disposições legais e do artº 7º dos estatutos da sociedade, apresentamos a V. Exas. o presente relatório relativo à análise da atividade da entidade no decorrer do ano fiscal de 2023.

0 – Nota Introdutória

Dá-se conhecimento que a entrega intempestiva das contas do presente exercício deve-se a factos alheios à nossa vontade, ou seja, ao atraso na abertura das candidaturas para financiamento do ano letivo 2023/2024 dos Cursos Profissionais, o qual compreende o período de setembro/2023 a agosto/2024. Está enquadrado no financiamento do programa PESSOAS 2030 cuja abertura de concurso, excecionalmente, só ocorreu em março/2024, a plataforma ficou 100% operacional a 10 de abril e a EPF submeteu a candidatura a 12 de abril. Contudo, a EPF só recebeu no dia 09 de agosto, a notificação do projeto de decisão de aprovação da candidatura apresentada, cuja assinatura do Termo de Aceitação ocorreu a 12/08/2024.

À luz do estatuído nas Normas Contabilística e de Relato Financeiro, mais propriamente a NCP 14 §29, só agora, após a receção/assinatura do Termo de Aceitação foi reconhecido o rédito - ou seja, - Subsídios à exploração relativos ao período de setembro a dezembro de 2023, no valor de 365 936,28 euros.

Solicitamos várias vezes ao PESSOAS 2030 a análise da candidatura com caráter de urgência, pedimos quatro vezes a prorrogação de prazo de entrega das contas ao Tribunal de Contas (deferido até 30-09-2024), pelo que só agora reunimos os requisitos necessários para a apresentação de contas.

I - Balanço do ano de 2023

1. Relato genérico

A empresa municipal, entidade proprietária da escola, EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda. rege-se pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e pelas demais legislações aplicadas à atividade empresarial local e de participações locais.



Relatório de Gestão – 2023

1.1 – Projetos cofinanciados

Em termos de atividade formativa, estiveram em execução os seguintes projetos, cofinanciados a 100%, pelo Programa Operacional Potencial Humano:

- Tipologia 1.2/ Cursos Profissionais

1 projeto, abrangendo 12 turmas/ações e 211 alunos

a) Número de Horas

O volume de formação anual médio nesta tipologia, ronda as 258.485 horas de formação.

- Tipologia 2.1/ Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

1 projeto do Centro Qualifica, abrangendo mais de 500 adultos em 2023.

1.2– Principais aspetos de Gestão

Como aspetos positivos,

- realça-se que no período em análise **foram atingidos os objetivos formativos previstos**, fruto da envolvimento e dinamismo de todo o corpo de colaboradores da entidade;
- **excelentes taxas de execução dos projetos;**
- **excelentes taxas de conclusão dos alunos;**
- **manutenção de reduzida taxa de desistência dos alunos;**
- **aprovação de novas candidaturas** – no âmbito dos **Programas de Mobilidade Erasmus+**, o que proporcionará a alunos, professores e restante staff experiências internacionais de aprendizagem/partilha de conhecimento muito enriquecedoras;
- no âmbito da primeira candidatura dos **Programas de Mobilidade Erasmus+**, a Escola Profissional de Felgueiras implementou duas mobilidades em Viena, Áustria, 16 alunos e em Milão, Itália, 16 alunos. Foi criado o **Gabinete de Relações Internacionais** teve por objetivo iniciar e delinear a estratégia de Internacionalização da Escola Profissional de Felgueiras;
- a criação do Gabinete de Intervenção Psicoeducativa, de que fará parte o Serviço de Orientação e Psicologia e a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, tendo em vista o apoio e acompanhamento dos alunos que manifestam dificuldades de aprendizagem, de integração ou patologias do foro psicológico;



Relatório de Gestão – 2023

- em setembro de 2023 foi renovado o Selo EQAVET e, simultaneamente a revisão do Projeto Educativo da EPF;
- o ano 2023 ficou também marcado por uma importante conquista para a Escola Profissional de Felgueiras, isto é, a aprovação e respetiva autorização de funcionamento de um **Curso de Especialização Tecnológica, nível V**, na área da Robótica, Automação e Controlo Industrial. Esta autorização permitirá à EPF diversificar a sua oferta formativa e dar resposta às necessidades dos seus alunos que concluem o 12º ano de escolaridade.

Como aspetos negativos,

- **a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia e o conflito em Israel/Gaza**, resultaram daí impactos económicos que se fizeram sentir, essencialmente a subida generalizada dos preços e o cancelamento de contratos de fornecimentos de bens (por imposição dos fornecedores devido ao não acompanhamento dos preços);
- **maiores atrasos na resposta aos pedidos de reembolso** (quanto à análise e validação da despesa executada/paga) **por parte do POCH – C. Profissionais e da ANQEP – Centro Qualifica** e conseqüente atraso nos recebimentos. À data, a EPF ainda aguarda a validação e pagamento de despesa de projetos de 2021/2022 e de 2023 – C. Qualifica e da despesa de maio a agosto/2023 - C. Profissionais, cuja despesa se encontra toda paga. Dada a informação à data esperamos a elegibilidade do total da despesa apresentada.
- **a não existência de cantina escolar na EPF** – tem sido um motivo dissuasor para os encarregados de educação inscreverem os filhos na EPF;
- **a não assinatura do Contrato Programa**, o qual condicionou a tesouraria da EPF e limitou o investimento faseado/planeado ao longo do ano;
- **o grande atraso na abertura das candidaturas – Cursos Profissionais** (conforme referido anteriormente);
- **elevado número de alunos com necessidades educativas especiais**,
No presente ano letivo, recebemos, novamente um número elevado de alunos com Necessidades Educativas Especiais, com redução de turma, ao abrigo do Dec. Lei nº 54/2018. A Escola Profissional de Felgueiras é uma escola claramente inclusiva e que sempre se pautou por receber alunos com os mais variados perfis, de resto como preconizam os Decretos Lei nº 54/2018 e 55/2018. Financeiramente, esta situação é um encargo acrescido, uma vez que estão alocados professores para o trabalho de apoio individualizado com estes alunos e sem qualquer aumento/compensação no financiamento/subsídios. A EPF tem uma Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva que



Relatório de Gestão – 2023

trabalha diariamente com os alunos que se encontram sinalizados, garantindo a aplicação de todas as medidas de apoio tendo em vista o sucesso do aluno no seu percurso escolar.

- número reduzido de alunos inscritos nas turmas do 1º ano

Continuou a verificar-se-, no presente ano letivo, uma descida no número de alunos em algumas turmas do 1º ano. No sentido de ultrapassar este constrangimento, aceitamos o convite da Câmara Distrital de Lembá, em S. Tomé e Príncipe, para receber alguns alunos na nossa escola. Assim, acolhemos este ano mais 13 alunos, distribuídos pelas turmas do 1º ano.

Tal facto prende-se, primeiramente, com questões demográficas, já que há cada vez menos jovens nas idades em questão. Por outro lado, pelo facto de existirem cursos profissionais em todas as escolas secundárias do concelho, diretamente concorrentes dos nossos cursos.

Apesar de todos os esforços encetados na divulgação/promoção dos cursos e de uma forte campanha publicitária planeada e implementada ao longo de todo o ano letivo, continuamos a verificar dificuldades na angariação de novos alunos.

De salientar que as escolas, em geral, continuam pouco recetivas à nossa oferta formativa, por entenderem sermos concorrentes, dificultando, assim, a nossa entrada nos seus espaços.

No presente ano letivo, foi delineado um plano de atividades para promoção da oferta formativa nas escolas do ensino básico, para apresentação dos projetos desenvolvidos pelos alunos e divulgação da escola. Também serão desenvolvidos concursos em diferentes áreas que integrarão os diferentes ciclos do ensino básico, como tentativa de atrair os alunos para os cursos da EPF.

Acrescentamos que como tentativa de contrariar esta situação, e como em 2024 não se realizou a Feeltex- Mostra Tecnológica e Formativa, a EPF realizou a 1ª edição da EPFest, uma "Feira de Qualificações" e diversão para jovens, agendada inicialmente para maio e adiada para o dia 01 de junho de 2024.

- A dificuldade de manutenção de reduzida taxa de desistência dos alunos.

Este indicador está dependente de fatores essencialmente externos à instituição, sendo de difícil controlo e sujeito a oscilações acentuadas de ano para ano.

Esta situação prende-se com o facto do mercado de trabalho, nomeadamente a indústria de calçado, receber de braços abertos trabalhadores jovens não qualificados, não havendo dificuldade em encontrar colocação.

Ainda assim, e perante o atrás expresso, resulta claro que a escola tem uma capacidade de atração e retenção de alunos verdadeiramente assinalável, para isso contribuindo, entre outros fatores:

- a solidez e empenho do corpo docente, nomeadamente, dos professores internos que ocupam os cargos de direção de turma e coordenação e, por esta via, conseguem manter junto dos formandos um acompanhamento de proximidade, quer em termos pedagógicos, quer em termos pessoais, que maximizam a permanência;



Relatório de Gestão – 2023

- a atuação do Serviço de Psicologia junto dos formandos mais vulneráveis, através de acompanhamento individual, com sessões semanais de acompanhamento e orientação, bem como intervenções junto do grupo-turma com o intuito de reforçar os níveis de compromisso e empenho;
- organização de planos de acompanhamento e adequação de objetivos para os alunos que apresentam mais dificuldades;
- ênfase na realização de atividades paralelas às de contexto sala de aula;
- investimento na aquisição de equipamentos e materiais que permitem a realização de sessões práticas, em que todos os formandos podem realizar atividades e projetos que mais se aproximam das suas aspirações.

Assim, a taxa de desistências sempre foi muito reduzida e abaixo das médias nacionais. Tal facto deve-se ao apoio individualizado que sempre foi proporcionado aos alunos e ao empenho de toda a comunidade educativa no sentido de contribuírem para as elevadas taxas de conclusão.

Ano letivo 2020/2021 ----- 5,4%

Ano letivo 2021/2022 ----- 2,6%

Ano letivo 2022/2023 ----- 3,7%

1.3– Outras Atividades

No âmbito do seu Plano Anual de Atividades, a Escola Profissional de Felgueiras desenvolveu um vasto conjunto de atividades durante o ano 2023.

A EPF participou em vários concursos nacionais e internacionais, tendo alcançado diversos prémios e reconhecimentos. Por outro lado, foram promovidas várias visitas de estudo, nas áreas dos diferentes cursos.

Algumas das atividades de maior relevância elencam-se de seguida:

Nos diferentes cursos foram realizadas diversas Vistas de Estudo e Sessões Formativas, no âmbito da Formação em Contexto de Trabalho, das quais se destacam:

- IKEA Industry
- Porto de Leixões
- Lionesa
- Armazém de Logística – Base Intermarché, Paços de Ferreira
- SuperBock
- AMF e Kyaia
- Visita ao WOW - Vista aos Museus: Moda, Têxteis e Calçado e Planet Cork
- Visita ao CTCP e à Belcinto
- Visita ao Museu do Calçado/Chapelaria
- Visita ao evento Portugal Fashion;
- Visita à empresa Kyaia e AMF Safety Shoes



Relatório de Gestão – 2023

Sessões Formativas:

- Consumer Talk: influencia-te QB
- Notas e Moedas de Euro, Banco de Portugal
- Global Money Week
- Oficinas de Animação
- Sessão Formativa na Bolsa, Fundação Cupertino Miranda e Alfândega Porto
- Sessão Formativa - Participação nas filmagens da Curta-Metragem "Sinfonia";
- Sessão Formativa - Oficinas Cinema de Animação;
- Sessão Formativa - Seminário ESTG: O Desafio da Inteligência Artificial nas PME.

À semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, e porque a EPF sempre se destacou pela participação em concursos nacionais e internacionais, no ano 2023, a Escola Profissional de Felgueiras participou em inúmeros concursos, dos quais se destacam:

Sou empreendedor, Concurso de Ideias, promovido pelo Município de Felgueiras

Tal como nos anos anteriores, a EPF participou na 31ª Edição do Concurso Nacional de Jovens Cientistas com o projeto *All Out*, um sistema de alerta para evitar o esquecimento de crianças nos veículos. O projeto foi desenvolvido pelas alunas Marta Martins, Maria Coelho e Lara Dias do curso de Gestão e pelos alunos Nuno Monteiro e Marco Pinto do curso de Eletrónica, Automação e Computadores.

Ainda na área da Robótica, a EPF estava presente na Roboparty 2023, em Guimarães.

A EPF participou, ainda, no Festival Nacional de Robótica em Tomar com 4 equipas, nas categorias de Busca e Salvamento-Linha e Busca e Salvamento- Labirinto. Na primeira categoria, a equipa EPF Rescue Line arrecadou o 1º lugar, bem como o Prémio Especial Fairplay. Por sua vez, a equipa EPF GyverTech alcançou o 2º lugar. Na categoria Busca e Salvamento- Labirinto, a equipa EPF Rescue Maze obteve o 3º lugar.

Na Competição Internacional, Robocup 2023, participaram as equipas EPF Rescue Line e EPF Newgen, tendo esta conseguido o 2º lugar na categoria Super Team.

Em 2023, e no âmbito da FeelTek, a Escola Profissional de Felgueiras promoveu a 1ª Corrida de Barcos Solares, **EPF Green Boat**, direcionada a todas as escolas do concelho. Na competição participaram cerca de 15 equipas, pelo que a iniciativa se revelou bem-sucedida e que se repetirá nos próximos anos.

Na área do Empreendedorismo, as alunas Lara Dias, Maria Coelho e Marta Martins de Gestão e os alunos Nuno Monteiro e Marco Pinto de Eletrónica desenvolveram o projeto All Out e com o qual



Relatório de Gestão – 2023

participaram no concurso de ideias IOT, promovido pelo CTCP, tendo alcançado o 1º lugar a nível nacional.

31º Concurso Nacional Jovens Cientistas

A Escola Profissional de Felgueiras participou no 30º Concurso Nacional de Jovens Cientistas com dois projetos. O primeiro, *All Out*, que teve como alunos responsáveis Lara Dias, Marta Martins e Maria Coelho do curso de Gestão e Nuno Monteiro e Marco Ricardo Mendes do curso de Eletrónica e Automação, sob a coordenação dos professores Hélder Sampaio e Fernanda Queirós.

Feeltek/Jornadas Técnicas

A Escola Profissional de Felgueiras participou na 1ª Edição da Feeltek, Mostra Formativa e Tecnológica, que decorreu no Mercado Municipal. Para além da demonstração dos seus cursos, a EPF dinamizou algumas workshops na área da Robótica e Automação, bem como na área do Design e Multimédia.

1.4 – Pessoal

O corpo geral de colaboradores manteve-se estável, registando um total de 31 colaboradores internos e cerca de 22 colaboradores externos (formadores).

1.5 – Investimentos (inclui valores capitalizados)

Os investimentos efetuados ao longo deste ano prosseguiram a política de dotar a Escola de recursos, físicos e pedagógicos adequados à prossecução do objetivo de proporcionar formação de qualidade aos jovens que frequentam a EPF, tendo sempre presente a necessária adequação aos recursos financeiros disponíveis.

Os investimentos efetuados neste período, incidiram fundamentalmente em equipamento básico (valores capitalizáveis – ativos fixos tangíveis) de suporte direto à atividade formativa (principalmente para os cursos de Desenho de Calçado e Marroquinaria e para o de Eletrónica, Automação e Computadores).

- Valor previsto (ativos fixos tangíveis) ---- 28.114,11€

- Valor realizado (ativos fixos tangíveis) ---- 27.815,26€

2. Evolução da Atividade Formativa

Em termos globais, apesar de todos os constrangimentos, a atividade formativa da instituição desenvolveu-se equilibradamente:



Relatório de Gestão – 2023

➤ Cursos Profissionais (Tipologia 1.2 do POCH):

Turmas e Cursos

Manteve-se no ano letivo em curso, o número de turmas em funcionamento que é de 12, distribuídas por 4 cursos:

Técnico de Gestão – **3 turmas**

Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria – **2,5 turmas**

Técnico de Multimédia – **3 turmas**

Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores – **3,5 turmas**

➤ Centro Qualifica (Tipologia 3.1 do POCH):

Relativamente à atividade do Centro Qualifica, há a referir que presta serviços à comunidade que consistem na informação, orientação e encaminhamento para uma formação escolar, profissional ou de dupla certificação para uma integração qualificada no mercado de trabalho.

O Centro Qualifica também é responsável por desenvolver Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de âmbito profissional ou escolar, tendo como objetivo potenciar a melhoria das qualificações da população adulta desta área geográfica.

O financiamento deste projeto iniciou-se a 01-01-2023 e terminou a 31 de dezembro de 2023.

Quadro 1 – À data de 31 de dezembro de 2023, alcançaram-se as seguintes metas físicas (em nº de adultos):

Objetivos/Execução	Metas janº a dez.- 2023	Nível Básico	Nível Secundário	Profissional	Total	Taxa de Execução
Inscritos	500	129	227	150	506	101%
Encaminhados	450	126	218	115	459	102%
Encaminhados para outras ofertas	180	42	48	89	179	100%
Encaminhados para processo RVCC	270	84	170	25	279	103%
Adultos Certificados		33	35	2	70	

A estrutura do Centro Qualifica continua a trabalhar aproveitando sinergias com instituições locais e regionais, fazendo da itinerância um fator preponderante da sua atratividade, e levando oportunidades de qualificação mais próximo de eventuais interessados, de maneira a elevar os níveis de execução.

A concretização dos objetivos/metasp funciona numa ótica anual, e no período de janeiro a dezembro de 2023, tal como nos anos anteriores apresenta-se uma excelente execução.

3 – Breve Enquadramento Económico-Financeiro

3.1 - Reembolsos

Tendo em conta a origem da oferta formativa ministrada no exercício, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH/PESSOAS 2030) e da Receita Pública Nacional (Entidade Proprietária).

Assim, em termos de situação parcial aferida ao final de 2023, da formação cofinanciada e outros projetos, a situação de ressarcimento/reembolso era a seguinte:

Quadro 1 – Ponto de situação de reembolsos por receber

Projetos - Candidatura/Montante Aprovados		Valores a Receber
POCH 1.6 - C. Profissionais - 2022/2023 - Proj. nº 000668	1.417.336,45 €	89.009,23 €
PESSOAS 2030 1.6 - C. Profissionais - 2023/2024 – Proj. nº 01022300	1.513.148,44 €	1.513.148,44 €
Centro Qualifica 2023 – Projeto nº 174	129.068,71 €	48.497,38 €
Município Felgueiras	79.950,00 €	7.995,00 €
ERAMUS	64.440,00 €	38.664,00 €
CTE	1.191.607,33 €	834.125,13 €
SITUAÇÃO FINAL	4.395.550,93 €	2.531.439,18 €

Relativamente ao PESSOAS 2030 1.6 - C. Profissionais - 2023/2024 – Proj. nº 01022300, estão contabilizados e foram recebidos como empréstimos da **DGEstE** no montante de 425.200,94 euros que devem ser devolvidos logo que iniciado o processo de submissão de despesa.

3.2 – Análise de Gastos e Rendimentos

Relativamente à matriz de custos do período, mantém-se a filosofia de um controlo assertivo dos gastos, visando um constante e consistente equilíbrio financeiro que permita o funcionamento adequado da entidade no respeito pelos recursos financeiros que tem à sua disposição, postura que o histórico da entidade confirma e comprova.

Na constituição da estrutura de custos continua a confirmar-se um forte peso da conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, cujo total foi:

Em 2023: 653.921,40€

Em 2022: 457.891,03€

Quadro 2 - Mapa de Análise Comparativa de Rubricas/ Custos mais relevantes

Rubricas	Exercícios		Variação
	2023	2022	%
Alimentação – Formandos	155 079,35	136 319,07	14%
Transporte – Formandos	120 717,48	103 776,48	16%
Honorários	128 784,73	101 800,00	27%
Trabalhos Especializados	109 498,74	26 736,73	310%
Erasmus	46 765,00	0,00	100%
Materiais Pedagógicos para os diferentes cursos	16 859,03	12 203,76	38%

Da análise do quadro anterior, ressaltam algumas variações significativas, tais como o aumento das despesas com refeições dos alunos resultado de um maior número de alunos a almoçar e da atualização do valor do subsídio de alimentação em 2023.

O transporte de alunos, visto que se trata de uma região de povoamento disperso e com uma deficiente e reduzida rede de transportes públicos. Registam-se alguns alunos cujo itinerário de deslocação escola-residência implica a disponibilização de 2 passes, por não haver transportes diretos para esses itinerários e um número significativo de alunos em que a sua área de residência/freguesia não é coberta por uma rede de transportes públicos com horário compatível com o da formação, o que acarreta valores ainda mais elevados de custos com transportes.

Os gastos com honorários aumentaram devido ao acréscimo do volume de trabalho/formação por parte do Centro Qualifica, Cursos Profissionais e do Projeto Erasmus.

Relativamente a Trabalhos Especializados deve-se essencialmente às despesas com o projeto de Execução – requalificação para CTE e obras de remodelação e eficiência energética.

No que diz respeito à rubrica Erasmus, trata-se de despesas incorridas com o programa Erasmus que ocorreu em 2023 (Viena e Milão).

A rubrica materiais pedagógicos aumentou devido à constante necessidade de materiais para as aulas práticas, à participação em concursos e atividades no exterior e à aquisição de equipamento de suporte direto à atividade formativa.

Também muito relevante, dado o peso significativo na atual estrutura de custos, os **Gastos com Pessoal**, cujo total ascendeu a:

em 2023: 831.095,87€

em 2022: 790.091,14€

Esta variação é consequência da atualização salarial resultante da progressão na carreira de alguns docentes e da atualização do subsídio de alimentação.

Relatório de Gestão – 2023

3.3 – Análise das Rubricas do Balanço

Meios Financeiros Líquidos – a EPF apresenta um saldo bancário e caixa no valor de 602.035,37€, que resulta essencialmente do valor do empréstimo da DGEST.

A referir um “aumento” do Património Líquido comparativamente com o exercício anterior, no valor de 1 141 301,31€, consequência do reconhecimento do subsídio ao investimento no valor de 1 186 224,47€ deduzido do prejuízo do exercício 204 897,26€, e pelo reconhecimento do valor a receber do município relativo aos prejuízos de 2013 e 2014 conforme recomendação do Tribunal de Contas (159 974,10 €).

Reiteramos que o resultado líquido negativo se deve ao não reconhecimento da Comparticipação Pública Nacional dos projetos cofinanciados pelo POCH/PESSOAS2030 plurianais de 2022/2023 e 2023/2024, consequência da não celebração do Contrato Programa relativo a 2023, cujo montante previsto (orçamento 2023) foi no valor de 204.268,09€.

O passivo foi marcado por um aumento, devido essencialmente à rubrica financiamentos obtidos resultado do empréstimo concedido pela DGEST - Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2023 que criou uma medida temporária de financiamento dos cursos profissionais para o ano letivo em curso pela via do Orçamento do Estado, que corresponde ao adiantamento de 30%, por referência aos montantes aprovados nas candidaturas do ano anterior.

As contas a pagar a Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos totalizam um saldo de 217 708,58 €, registando-se um acréscimo relativamente a 2022, cujo valor ascendeu a 74 038,46€. Apesar da entidade ter liquidez a 31 de dezembro, os saldos de fornecedores em aberto não estavam vencidos, pelo que não foram pagos. Não podendo deixar de referir que se registou um acréscimo da despesa no 4º trimestre, nomeadamente na rubrica de trabalhos especializados, como por exemplo, despesas com serviços de auditoria, certificação/Selo EQAVET e despesas com o projeto de execução - arquitetura, especialidades e assistência técnica a obra, no âmbito da candidatura aprovada para a criação do CTE da EPF.

Reiteramos que não existem dívidas em mora.

3.4 – Execução Orçamental das contas patrimoniais

A situação da guerra na Ucrânia, afetou de forma direta e significativa os gastos, e consequentemente os réditos no que diz respeito aos gastos com formandos - rubrica 1 – cujo valor do subsídio é com base nos custos reais.



Relatório de Gestão – 2023

A execução dos rendimentos e gastos apresentados contemplam os orçamentos previsionais e as contas de exploração, ou seja, os rendimentos e gastos reconhecidos contabilisticamente **de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.**

Para o ano de 2023, a execução de rendimento foi assegurada pela cobertura financeira dos anos letivos 2022/2023 e 2023/2024, materializada pela aprovação das candidaturas financeiras que foram realizadas ao POCH/FSE e PESSOAS/FSE nas diversas tipologias 1.6 – Cursos Profissionais de nível IV, Tipologia 3.1 - Centro Qualifica e pela Agência Nacional para a Gestão do Programa ERASMUS+ Educação e Formação.

Quadro 3 - Execução dos Rendimentos

Descrição	Orçamento de Exploração 2023	Resultado Exploração 2023	Taxa de Execução	Desvios Anuais	
				em valor	em %
Total de Rendimentos	1 553 340,07	1.343.960,63	87%	-209.379,44	-13%
Subsídios à Exploração	1 543 657,70	1.329.149,20	86%	-214.508,50	-14%
POCH e PESSOAS2030 - Cursos Profissionais	1 273 219,10	1.083.045,80	85%	-190.173,30	-15%
POCH - Centro Qualifica	126 488,60	109 708,40	87%	-16 780,20	-13%
ERASMUS	64 000,00	64 440,00	101%	440,00	1%
PROTOCOLO	79 950,00	71 955,00	90%	-7 995,00	-10%
Outros Rendimentos e Ganhos	9 682,37	14 811,43	153%	5 129,06	53%
Outros Rendimentos e Ganhos	9 682,37	14 811,43	153%	5 129,06	53%

Não tendo sido concretizada a comparticipação pública nacional por parte da entidade proprietária no exercício económico de 2023, as suas rubricas foram afetadas no não cumprimento do rendimento face ao que tinha sido apresentado em orçamento, no correspondente ao valor da comparticipação pública nacional (15%), o qual ascendeu a 210.486,04 euros.

Quadro 4 - Execução dos Gastos

Descrição	Orçamento de Exploração 2023	Resultado Exploração 2023	Taxa de Execução	Desvios Anuais	
				em valor	em %
Total de Gastos	1 553 340,07	1 547 813,70	100%	-5 526,37	0%
CMVMC	6 044,93	6 124,91	101%	79,98	1%
Fornecimento e Serviços Externos	683 320,57	653 921,40	96%	-29 399,17	-4%
Gastos com o Pessoal	805 769,06	831 095,87	103%	25 326,81	3%
Gastos de Depreciação e Amortização	53 765,06	53 069,11	99%	-695,95	-1%
Outros Gastos e Perdas	3 356,07	2 888,16	86%	-467,91	-14%

Relatório de Gestão – 2023

Gastos e Perdas Financiamento	1 084,38	714,25	66%	-370,13	-34%
-------------------------------	----------	--------	-----	---------	------

Como se pode constatar, os desvios dos gastos foram pouco expressivos.

Os gastos com o pessoal registaram um desvio/acréscimo, consequência da atualização salarial resultante da progressão na carreira de alguns docentes e da atualização do subsídio de alimentação.

O desvio negativo da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos deve-se essencialmente, ao não pagamento da Bolsa de Material de Estudo na sequência da não abertura da candidatura, e da não execução de trabalhos previstos no âmbito do CTE (rubrica trabalhos especializados).

II – Contabilidade de Gestão

De acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º 27 – Contabilidade de Gestão, existe um conjunto de informações oriundas da Contabilidade de Gestão que devem ser divulgadas no Relatório de Gestão. A Norma Internacional de Contabilidade Pública IPSAS 33, aplicável subsidiariamente à EPF por força do artigo 13.º do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, previa um período de implementação deste normativo SNC-AP por um período alargado de 3 anos para situações mais complexas, incluindo a Contabilidade de Gestão. Esse prazo terminou em 2022.

A EPF concluiu a implementação dos processos associados a este sistema contabilístico dentro do prazo estabelecido. Assim, no Relatório de Gestão de 2023, a EPF pode confirmar que a implementação da Contabilidade de Gestão foi finalizada, garantindo a apresentação de informação fiável conforme previsto no parágrafo 34 da NCP 27.

1 – Contabilidade de Gestão

1.1 - Enquadramento e Modelo Concetual Adotado

A contabilidade de gestão ou de custos surge para colmatar as limitações da informação produzida pela contabilidade financeira e pela contabilidade orçamental. Em suma, a contabilidade de gestão e de custos tem um âmbito específico, informal, detalhado, interno e estratégico que a distingue da contabilidade financeira e orçamental. Deste modo, a contabilidade de custos e de gestão visa informar sobre os recursos utilizados, avaliar se esses recursos são usados de forma eficiente e eficaz, bem como verificar se os resultados esperados foram alcançados.



Relatório de Gestão – 2023

Conforme mencionado anteriormente, o Decreto-Lei 192/2015, que aprovou o SNC-AP, tornou-se de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018, exceto para as autarquias locais que se encontram obrigadas à sua aplicação desde janeiro de 2020. Entre as mudanças introduzidas pelo SNC-AP ao nível da contabilidade de custos, a NCP 27 define apenas as linhas gerais e orientadoras da contabilidade de custos e gestão, proporcionando orientações para que cada entidade possa desenvolver o seu próprio modelo adequado à sua realidade.

Apesar desta recente obrigatoriedade, a EPF sempre utilizou este sistema de custeio como instrumento primordial e indispensável para uma boa e correta gestão da sua atividade e recursos, implementando-o e usando-o há mais de 30 anos. Este subsistema de Contabilidade de Gestão, também conhecido como contabilidade analítica ou de custos, permite a obtenção de informação sustentada na performance económica da EPF. Possibilita a aferição dos custos diretos e indiretos por cursos, turmas e por aluno, bem como a análise comparativa dos rendimentos e gastos, distribuição segundo as chaves de imputação e regras do POCH/turmas, entre outros.

Em resumo, a contabilidade de gestão e de custos na EPF é uma ferramenta essencial que assegura uma gestão eficiente dos recursos e contribui para a tomada de decisões estratégicas baseadas em dados detalhados e precisos.

1.2 Subsetor da Educação

Tendo a NCP 27 recomendado o uso do Custeio baseado nas Atividades - ABC, e o registo das transações num conjunto de contas definidas no Manual de Implementação do SNC-AP – versão 2, na classe 9.

O desenvolvimento do sistema ABC tem de atender à realidade e especificidade de cada entidade. No caso da Educação, § 35 da NCP 27 refere que devem ser fornecidos mapas pelo sistema de contabilidade de custos:

- Por cada curso, indicando os custos diretos e indiretos, os custos por estudante, as receitas imputadas, quando aplicável, e por resultados económicos;
- Por cada centro de investigação, indicando o custo por projeto e respetivos rendimentos;
- Por cada serviço prestado à comunidade, incluindo custos diretos e indiretos, ...
- Por cada atividade/serviço de apoio aos estudantes, incluindo o custo por cada refeição, custo por aluno/cama,

1.2.1 – EPF - Formação Profissional/Jovens e Formação de Adultos

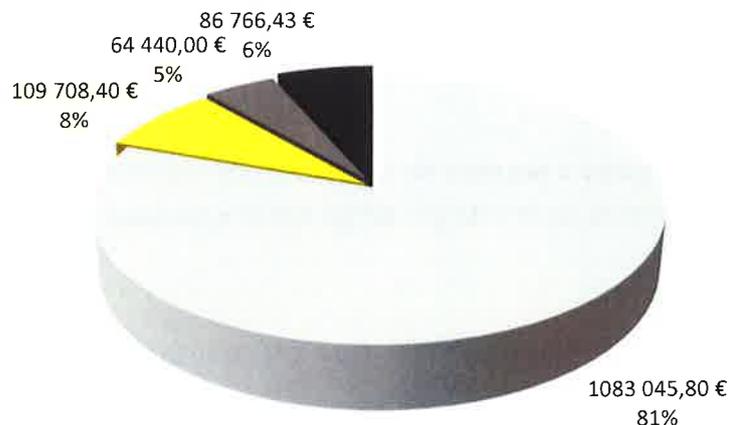
O controlo dos gastos e/ou rendimentos dos centros de custos (Contas da Analítica) é efetuado através da aplicação informática – “Primavera BSS”, com a Classe 9 destinada ao subsistema de Contabilidade de Gestão que nos permite aferir Custos Totais, Custos Diretos e Custos Indiretos por projeto, curso, turma e gasto/aluno (“custo médio/rendimento médio”).

Relatório de Gestão – 2023

A classe 9 – funciona como espelho das contas registadas na contabilidade financeira da classe 6 (gastos) e da classe 7 (rendimentos).

2. Apresentação dos Resultados

2.1 – Estrutura de rendimentos 2023



Formação de Jovens - CP Formação de Adultos - CQ Erasmus Bar / Outros

2.2 - Receitas, Estrutura de Custos

Exclusiva dependência de receitas oriundas dos *Subsídios* - Fundos Comunitários (FSE/POCH e PESSOAS2030) e da Receita Pública Nacional (Entidade Proprietária).

2.2.1 - Cursos Profissionais conferentes do nível 4 de QNQ

Forma de apoio:

O apoio concedido reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através das modalidades de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos e da tabela normalizada de custos unitários, nos termos previstos, respetivamente, nas alíneas a) e c) do nº 2 do artº 7º do D.L. nº159/2014, consoante a tipologia de beneficiários, e nos termos descritos nos subpontos seguintes:

2.2.1.1 - Modalidade de tabela normalizada de custos unitários turma (custos simplificados) - segundo a tabela de custos concedidos por turma e por curso, e de acordo com as regras de elegibilidade (nº mínimo de alunos por turma - com correção financeira/redução do financiamento, se inferior, se ocorrerem desistências, transferência de alunos, excesso de faltas, ...)

Relatório de Gestão – 2023

Esta modalidade de custos unitários é a rubrica 9 - **Custos Operacionais de Funcionamento** dos cursos apoiados.

2.2.1.2 – Custos Reais - Modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, de acordo com as regras, valores e limites legais estabelecidos na portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na redação que lhe foi dada pela Portaria 122/2016. São elegíveis na Rubrica 1 – Encargos com formandos → Bolsas de Profissionalização, Bolsas para Material de Estudo, Encargos com Transporte, Encargos com alimentação, Alojamento, ...

2.2.2 - Formação de Adultos – Centro Qualifica

Forma de apoio:

O apoio concedido reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através da modalidade de taxa fixa, conforme previsto no nº 1 do artº 32º do RECH e tal como resulta da Deliberação nº1/202, da CIC Portugal 2020.

O cálculo do custo é total é efetuado com base em *resultados contratualizados e assenta nos seguintes fatores:

2.2.2.1 – Custos diretos com recursos humanos, com base em custos reais evidenciados em documentos de suporte, nomeadamente recibos de vencimento ou outros documentos contabilisticamente válidos.

2.2.2.2 – Custos indiretos com a operação, resultante da aplicação de uma taxa fixa de 15% sobre os custos diretos elegíveis, nos termos referidos no número anterior.

*Apenas são elegíveis as operações dos Centros Qualifica que se comprometam a inscrever 400 ou mais candidatos por cada período de 12 meses, a contar da data de início da operação.

2.2.3 - Bar Escolar (valor pouco expressivo) – serviço de bar que funciona durante os intervalos para alunos, professores e restantes colaboradores (venda de alguns géneros alimentares e bebidas).

2.2.4 - Outros (valores irrelevantes) – prémios, donativos, cedência a título oneroso de salas para formação.



3 – Análise comparativa dos custos e rendimentos

Os Custos Indiretos são distribuídos de acordo com as regras de financiamento do POCH (Projetos, Cursos e Turmas), ou seja, as chaves de imputação foram construídas, tendo em consideração os 2 Centros de Custos em execução no período, relativos aos Projetos, atualmente em curso:

- 1 Projeto na Tipologia 1.6 – 12 ações de Cursos Profissionais
- 1 Projeto na Tipologia 3.1 – 1 ação de Centro Qualifica

As taxas de imputação foram encontradas com base no número médio de Horas de Ocupação Formativa Semanal (HOS), por ação.

No que se refere aos custos, concretamente ao sistema de custeio adotado, foi o sistema de custeio total, onde são imputados todos os gastos e rendimentos à atividade/analítica.

Distribuição segundo as chaves de imputação (regras do POCH/Cursos e Turmas, conforme referido anteriormente).

Os quadros seguintes apresentam:

- os custos diretos e indiretos de cada serviço e operação/projeto;
- os rendimentos diretamente associados a cada serviço e atividade/projeto.



Relatório de Gestão – 2023
Quadro 1 – Custos Elegíveis 2023 – Projeto/Curso

Montantes expressos em euros

CUSTOS POR PROJETO / ATIVIDADE						
GASTOS	CURSOS PROFISSIONAIS - POCH 668				CENTRO QUALIFICA	BAR / OUTROS
	GST	DCM	EAC	MLT		
CUSTOS DIRETOS						
11-Bolsa Estudo						
12-Bolsa Profissionalização	1 746,90	1 223,26	2 383,07	1 502,38		
15-Enc. Alimentação	20 817,86	16 778,91	33 730,55	22 597,37		
16-Enc. Transporte	14 210,87	13 290,51	27 900,48	12 800,41		
17-Enc. Alojamento	3 459,12	2 306,08	-	2 306,08		
18-Enc. Outros Encargos	130,62	101,88	214,22	125,40		
CUSTOS INDIRETOS						
211-Formadores Internos	63 149,79	49 256,84	103 565,66	60 623,80		
213-Formadores Externos	11 205,34	8 740,16	18 376,75	10 757,12		
3-Pessoal n/Docente	42 507,81	33 156,09	69 712,81	40 807,50		
4-Amortizações	7 804,93	6 087,84	12 800,08	7 492,73		
5-Encargos Diretos	40,03	4 398,25	13 950,86	367,50		
6-Encargos Gerais	13 229,94	10 319,35	21 697,10	12 700,74		
SUB-TOTAL	178 303,21	145 659,18	304 331,58	172 081,03		
CURSOS PROFISSIONAIS - POCH						
CUSTOS DIRETOS						
11-Bolsa Estudo	-	-	-	-		
12-Bolsa Profissionalização	-	-	-	-		
15-Enc. Alimentação	13 440,00	9 612,00	20 496,00	16 818,00		
16-Enc. Transporte	6 708,68	6 402,61	15 183,27	9 693,65		
17-Enc. Alojamento	4 179,77	2 161,95	-	1 153,04		
18-Enc. Outros Encargos	58,46	47,26	90,80	65,92		
CUSTOS INDIRETOS						
211-Formadores Internos	35 605,27	28 787,24	55 301,80	40 150,62		
213-Formadores Externos	6 514,32	5 266,90	10 117,99	7 345,94		
3-Pessoal n/Docente	24 002,27	19 406,09	37 280,12	27 066,39		
4-Amortizações	3 929,27	3 176,85	6 102,90	4 430,88		
5-Encargos Diretos	247,39	1 406,86	2 327,36	525,78		
6-Encargos Gerais	12 166,45	9 836,71	18 896,83	13 719,62		
SUB-TOTAL	106 851,88	86 104,47	165 797,07	120 969,83		
CENTRO QUALIFICA - PROJETO 174						
CUSTOS DIRETOS						
1-Outros Encargos					112 928,52	
CUSTOS INDIRETOS						
2-Encargos Gerais					5 581,12	
SUB-TOTAL					118 509,64	
BAR / OUTROS						
CUSTOS DIRETOS / INDIRETOS						
Total Encargos						149 205,81
SUB-TOTAL						149 205,81
TOTAL (Cursos Profissionais/Centro Qualifica/Bar/Outros)	285 155,08	231 763,65	470 128,65	293 050,86	118 509,64	149 205,81

Fonte: Elaboração própria, com base no Balancete Analítico do Plano Analítico do ano de 2023 - SNC-AP.

Nota adicional: Tal como referido anteriormente a EPF ministra os seguintes cursos/formação:



Relatório de Gestão – 2023

GST - Técnico de Gestão – 3 turmas

DCM - Técnico de Desenho de calçado e Marroquinaria – 2,5 turmas

MLT - Técnico de Multimédia – 3,0 turmas

EAC - Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores – 3,5 turmas

CQ - Centro Qualifica

Quadro 2 – Rendimentos 2023 – Projeto/Curso

Montantes expressos em euros

RECEITAS								
OPERAÇÃO / PROJETO	CURSOS PROFISSIONAIS				CENTRO QUALIFICA	ERAMUS	CTE	BAR / OUTROS
	GST	DCM	EAC	MLT				
CURSOS PROFISSIONAIS - POCH E P	245 235,51	193 607,65	395 110,31	249 092,33				
CENTRO QUALIFICA - POCH 174					109 708,40			
ERAMUS						64 440,00		
CTE							71 955,00	
OUTROS								14 811,43
SUB-TOTAL	245 235,51	193 607,65	395 110,31	249 092,33	109 708,40	64 440,00	71 955,00	14 811,43
					1 192 754,20			
							OUTRAS RECEITAS	151 206,43
							TOTAL RECEITAS	1 343 960,63

Da comparação destes mapas, confirma-se o resultado/total, que é também o verificado no balancete da contabilidade financeira, bem como da demonstração de resultados por natureza para o mesmo período de relato.

Quadro 3 – Resultados – Curso

CUSTOS POR PROJETO / ATIVIDADE				
OPERAÇÃO / PROJETO	CURSOS PROFISSIONAIS			
	GST	DCM	EAC	MLT
RECEITAS	245 235,51	193 607,65	395 110,31	249 092,33
GASTOS	285 155,08	231 763,65	470 128,65	293 050,86
RESULTADO BRUTO	- 39 919,58	- 38 156,00	- 75 018,34	- 43 958,53

Nota: o resultado bruto parcial e total negativo (197.052,45€) resultou da não assinatura do contrato programa.



III – Perspetivas de Evolução

Apesar de todas as incertezas e constrangimentos atuais, não se põe em causa a continuidade da Escola, nem o seu bom desempenho.

A oferta formativa da entidade manter-se-á dentro das mesmas tipologias formativas do passado.

- 12 ou 13 ações de cursos profissionais;
- Manutenção do Centro Qualifica.

A EPF continua a encetar todos os esforços no sentido de adequar e alargar a sua oferta formativa, pelo que efetuou o pedido de autorização de funcionamento para um novo curso profissional - “Desenho Digital 3D”, o qual entrará em funcionamento no próximo ano letivo conjuntamente com outros dois “novos cursos” (já autorizados e funcionaram no ciclo letivo 2010/2013 e 2014/2017 - Desenho de Moda e Instalações Elétricas).

A EPF está a desenvolver/implementar a criação do Centro Tecnológico Especializado da Escola Profissional de Felgueiras que pretende ser uma referência na rede de formação para a indústria e permitirá um processo de aprendizagem multifacetado e adaptado às necessidades do mercado de trabalho. Condições fundamentais para formar e demonstrar sucessivamente todas as etapas necessárias que replicam processos laborais desde o projeto até à produção real ou semi-industrial. A EPF continua a alargar a rede de parcerias, não só com empresas da região e nacionais, como com outras entidades nacionais e internacionais. A melhoria das competências linguísticas e digitais dos alunos e a possibilidade de realizar estágios no estrangeiro são alguns dos objetivos a atingir com o alargamento da rede de parcerias.

Prevê-se para o próximo ano letivo, a entrada em funcionamento de um **Curso de Especialização Tecnológica, nível V**, na área da Robótica, Automação e Controlo Industrial.

IV – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Os factos que limitaram a apresentação das contas deste exercício só agora foram regularizados pelo PESSOAS 2030, ou seja, a abertura de concurso para o financiamento dos cursos profissionais para o ano letivo 2023/2024 (set./23 a agosto/2024), excecionalmente, só ocorreu em março/2024, a plataforma ficou 100% operacional a 10 de abril e a EPF submeteu a candidatura a 12 de abril. Contudo, a EPF só recebeu no dia 09 de agosto a notificação do projeto de decisão de aprovação da candidatura, cuja assinatura do Termo de aceitação ocorreu a 12/08/2024.

Solicitamos várias vezes ao PESSOAS 2030 a análise da candidatura com caráter de urgência, pedimos quatro vezes a prorrogação de prazo de entrega das contas ao Tribunal de Contas (deferido até 30-09-2024), pelo que só agora reunimos condições para a apresentação de contas.



Relatório de Gestão – 2023

Dá-se conhecimento que apesar da aprovação/alargamento da oferta formativa para o ano letivo 2024/2025 para sete cursos, só entrarão em funcionamento cinco, visto que não se registaram inscrições suficientes para o curso de “Design de Moda” nem para “Design de Calçado e Marroquinaria”. Este último está em funcionamento desde set./2007, pelo que a EPF tem docentes internos alocados a este curso e a não abertura de uma turma de 1º ano, conduzirá à redução do horário de trabalho de alguns docentes.

À data, ainda não existe qualquer informação sobre a fonte de financiamento para o curso de **Especialização Tecnológica, nível V**, na área da Robótica, Automação e Controlo Industrial, pelo que põe em causa a entrada em funcionamento do mesmo no ano letivo 2024/2025.

Apesar dos constrangimentos referidos, após 31 dezembro de 2023 e até à presente data não foram afetadas as condições de equilíbrio económico e financeiro da EPF, nem põe em causa a continuidade da atividade da EPF.

V – OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EPF EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

- **Risco Financeiro**

A EPF, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito. Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o

Relatório de Gestão – 2023

risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da EPF denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todas as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.



VI – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 40.º da Lei 50/2012, que obriga ao reequilíbrio financeiro das empresas locais, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados negativos do exercício:

1. Resultados do Exercício:

- Saldo negativo: 204.897,26€ (duzentos e quatro mil oitocentos e noventa e sete euros e vinte e seis cêntimos).

2. Proposta de Aplicação:

- Transferência de 204.897,26€ (duzentos e quatro mil oitocentos e noventa e sete euros e vinte e seis cêntimos). para Resultados Transitados.

3. Medidas Adicionais:

- De acordo com o artigo 40.º da Lei 50/2012, deverá ser realizada uma transferência financeira a cargo do sócio, para equilibrar os resultados do exercício.

- O sócio de direito público deve prever no seu orçamento anual o montante necessário para a cobertura dos resultados líquidos antes de impostos.

- Caso o orçamento anual não contemple verba suficiente, deverá ser efetuada uma alteração ou revisão do mesmo para incluir o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa.

Estas medidas visam assegurar o cumprimento das obrigações legais e promover a sustentabilidade financeira da empresa.

VII – Outros assuntos

Informação a divulgar de acordo com a NCP 26 – “Contabilidade e Relato Orçamental”, do SNC-AP. Durante o ano de 2023, trabalhamos afincadamente para a implementação integral da NCP 26, contudo, algumas questões não foram totalmente resolvidas.

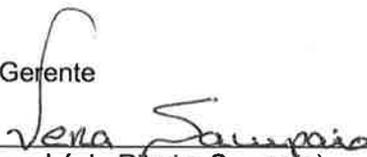
Não existem dívidas em mora ou acordos com o Estado nem com a Segurança Social.

VIII - NOTA FINAL

Em sede de encerramento deste exercício, a gerente renova o seu agradecimento à Câmara Municipal de Felgueiras, pela confiança depositada no seu trabalho, agradecimento que estende igualmente a todos os Colaboradores, Fornecedores, Instituições Financeiras, Revisores Oficiais de Contas e demais entidades que participaram ativa e positivamente no nosso desempenho ao longo deste ano.

Felgueiras, 13 de agosto de 2024

A Gerente



(Vera Lúcia Ribeiro Sampaio)

EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, EM, UNIPESSOAL, LDA.
NIF: 504 575 848

BALANÇO INDIVIDUAL
31 DE DEZEMBRO 2023

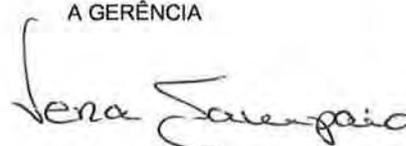
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		dez/23	dez/22
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....	5	152 544,10	177 797,95
Ativos intangíveis.....	3	0,00	0,00
Outros ativos financeiros.....	18.4	2 000,36	1 843,21
		154 544,46	179 641,16
Ativo corrente:			
Inventários.....	10	1 163,51	614,49
Estado e outros entes públicos.....	23.5	764,81	0,00
Outras contas a receber.....	18.1	2 692 478,62	1 306 509,66
Diferimentos.....	18.4	3 299,83	864,87
Caixa e depósitos.....	1	602 035,57	117 549,81
		3 299 742,34	1 425 538,83
Total do Ativo		3 454 286,80	1 605 179,99
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital.....	1	376 000,00	376 000,00
Reservas Legais.....	18.5	10 870,59	8 357,68
Resultados transitados.....	18.5	168 256,44	(39 462,94)
Outras Variações.....		1 186 224,47	
		1 741 351,50	344 894,74
Resultado líquido do período.....	18.5	(204 897,26)	50 258,19
Total do Património Líquido		1 536 454,24	395 152,93
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	15	0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	18.2	169 850,08	23 145,56
Estado e outros entes públicos.....	23.5	47 858,50	49 801,87
Financiamentos obtidos.....	18.2	425 200,94	0,00
Fornecedores de Investimento.....	18.2	1 734,30	7 971,63
Outras contas a pagar.....	18.2	117 981,58	143 218,25
Diferimentos.....	18.4	1 155 207,16	985 889,75
		1 917 832,56	1 210 027,06
Total do Passivo		1 917 832,56	1 210 027,06
Total do Património Líquido e Passivo		3 454 286,80	1 605 179,99

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA

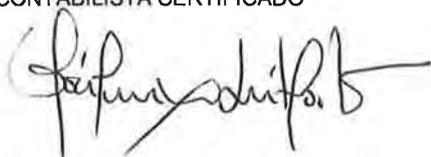


DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023

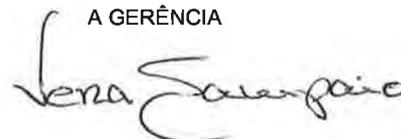
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Transferências e Subsídios correntes obtidos.....	14	1 329 149,20	1 348 013,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	10	(6 124,91)	(4 379,40)
Fornecimentos e serviços externos.....	23.1	(653 921,40)	(457 891,03)
Gastos com pessoal.....	19	(831 095,87)	(790 091,14)
Outros rendimentos	23.2	14 811,43	11 162,01
Outros gastos	23.3	(2 888,16)	(2 887,38)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		(150 069,71)	103 926,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(53 069,11)	(49 612,67)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(203 138,82)	54 314,13
Juros e gastos similares suportados.....	7	(714,25)	(1 255,17)
Resultado antes de impostos		(203 853,07)	53 058,96
Imposto sobre o rendimento.....	23.4	(1 044,19)	(2 800,77)
Resultado líquido do período		(204 897,26)	50 258,19

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA

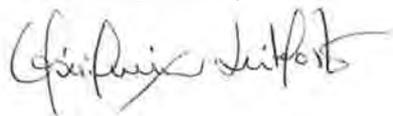


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
31 DE DEZEMBRO DE 2023

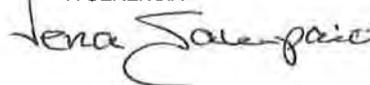
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	0,00	2 734,55
Pagamentos a fornecedores	-	-482 332,12	-312 205,57
Pagamentos ao pessoal	-	-661 165,76	-778 869,59
Pagamentos a Alunos	-	-44 096,47	-188 590,36
Caixa gerada pelas operações	+/-	-1 187 594,35	-1 276 930,97
Pagamento/Recebimentos do Imposto Rendimento		-5 147,31	-928,91
Subsídios à exploração		1 464 712,12	1 331 059,49
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-177 402,23	11 302,82
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1) +/-	94 568,23	64 502,43
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-34 129,62	-20 161,12
Investimentos financeiros	-	-324,96	-691,78
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	+	167,81	615,90
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	-34 286,77	-20 237,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	645 200,94	632 000,00
Cobertura de prejuízos	+	0,00	174 914,47
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-220 000,00	-737 000,00
Juros e gastos similares	-	-996,64	-1 487,07
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	424 204,30	68 427,40
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	484 485,76	112 692,83
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	117 549,81	4 856,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	602 035,57	117 549,81

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO NO PERÍODO 31/12/2023

DESCRICÃO	NOTAS	Capital/Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos do património líquido	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transiados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	376 000,00				8 357,68		-39 462,94			0,00	-174 914,47	169 980,27		169 980,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Transferências e subsídios de capital															
Outras alterações reconhecidas no património líquido															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7					0,00		-39 462,94			0,00	174 914,47	174 914,47		174 914,47
RESULTADO INTEGRAL	8					8 357,68		-39 462,94			0,00	0,00	0,00		0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8					8 357,68		-39 462,94			0,00	50 258,19	344 694,74		344 694,74
Subscrição de capital/património															
Subscrições de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	10	376 000,00				8 357,68		-39 462,94			0,00	50 258,19	395 152,93		395 152,93
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	376 000,00				8 357,68		-39 462,94			0,00	50 258,19	395 152,93		395 152,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Transferências e subsídios de capital															
Outras alterações reconhecidas no património líquido															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7					2 512,91		47 745,28			1 186 224,47	-50 258,19	1 186 224,47		1 186 224,47
RESULTADO INTEGRAL	8					10 870,59		8 282,34			1 186 224,47	0,00	1 581 377,40		1 581 377,40
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8														
Subscrição de capital/património															
Subscrições de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	10	376 000,00				10 870,59		159 974,10			1 186 224,47	-204 897,26	1 536 454,24		1 536 454,24

A Gerência

O Contabilista Certificado

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AO PERÍODO DE 2023

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

A EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda. (adiante EPF ou Entidade), é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, em aplicação pelo Decreto-Lei nº4/98, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-108 Felgueiras, e tem como atividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho.

O capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

As demonstrações financeiras anexas, substituem as demonstrações financeiras de 24 de maio de são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Gerente em 13 de agosto de 2024, contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal e na alínea c) do nº1 do artigo 25º da Lei 50/2012. As mesmas podem ser obtidas na sede do Município de Felgueiras, Praça da República, Felgueiras, 4610-116 Felgueiras. A Gerente entende que estas demonstrações financeiras referentes ao período contabilístico de 2023 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas ou erros.

Os montantes são expressos em euros.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Numerário	406,04	481,35
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	601 629,53	117 068,46
	<u>602 035,57</u>	<u>117 549,81</u>

Não existem, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

2.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

A mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

A Gerente procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação e dos

EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM Unipessoal, Lda.

considerandos na nota 17 - Acontecimentos após a data de relato, concluiu-se que a Entidade, com o apoio do Município, disporá de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

2.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

2.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações considerando-se que as mesmas refletem todas as questões materialmente relevantes do decurso da atividade da Entidade.

2.1.5. – INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

2.1.6. – COMPENSAÇÃO

Os Ativos e os Passivos, e os Rendimentos e os Gastos não são compensados, a menos que seja exigido ou permitido pelas Normas de Contabilidade Pública.



2.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

2.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil do bem segundo o classificador complementar 2, por duodécimos. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	10
Equipamento Básico	4-8
Equipamento Básico	4
Equipamento Administrativo	4-8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4-8



A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

2.2.2. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Licenças Software	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

2.2.3. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da Entidade, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do

mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.2.4.– ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros seguintes são mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, quando este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

a) CLIENTES E CONTAS A RECEBER

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

b) OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

c) EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

2.2.5. Imparidade de ativos financeiros

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

2.2.6. – Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros



A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece o passivo financeiro apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

2.2.7. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde aos impostos correntes.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da instituição. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

2.2.8. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

2.2.9. – Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



2.2.10. –Rendimentos de Transações sem contraprestação

Os subsídios apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações ou amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Especificamente nesta Entidade, os subsídios recebidos pelo POCH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação direta de custos quando os mesmos são diretamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam à compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da Entidade.

Relativamente ao financiamento dos cursos profissionais e de natureza profissionalizante ministrados pela EPF, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH/PESSOAS2030) e da Receita Pública.

A partir de 2017, por força do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60 -C/2015, de 2 de março, (alterado pelas Portarias n.ºs 181 -A/2015, de 19 de junho, 190 -A/2015, de 26 de junho, 148/2016, de 23 de maio, 311/2016, de 12 de dezembro, e 2/2018, de 2 de janeiro, e n.º 159/2019, de 23 de maio) Regulamento esse previsto nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º

137/2014, de 12 de setembro, o financiamento destes cursos, quando ministrados por empresas municipais, como a EPF, passaram a ser financiados a 85% pelo FSE e os restantes 15%, ou seja, a denominada “contribuição pública nacional”, passou a ser suportada pela própria empresa municipal, como se prevê no art.º 3º nº 3 deste Regulamento Específico.

O enquadramento acima aplica-se pelo facto de estarmos perante uma empresa municipal, não se aplicando a entidades concorrentes com outro enquadramento jurídico, cujo direito à contrapartida pública nacional é-lhes garantida para efeitos de financiamento dos serviços prestados. Assim, importa que o Município detentor da participação na EPF assegure a preços de mercado o financiamento da atividade da EPF, através da celebração de contrato-programa nos termos do artigo 47.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL) aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sob pena da continuidade das operações da EPF poder ser colocada em causa por incumprimento do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano já anteriormente mencionado e pelas consequências daí advenientes. Este instrumento de financiamento permite assegurar o equilíbrio de contas previsto no artigo 40.º do RJAEL, atendendo a que a EPF não tem receitas próprias.

Adicionalmente, a EPF vai apresentando candidaturas a outros subsídios de diversas naturezas das mais diversas entidades.

2.2.11. – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.



As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.2.12. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

2.2.13. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de financiamento; e (3) atividades de investimento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, do POCH e da Câmara Municipal de Felgueiras e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal (inclui IRS e segurança social), de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

2.2.14. – JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas em função da vida útil do bem, tendo como base o classificador complementar 2. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato. Entende a gerente que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

- Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da entidade,



tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da gerente no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

- Provisões e ajustamentos aos valores dos ativos

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Transferências sem contraprestação relacionadas com subsídios:

A entidade efetuou julgamentos significativos ao determinar o momento apropriado para o reconhecimento de subsídios, baseando-se em estimativas relacionadas ao cumprimento das condições associadas a esses subsídios. Além disso, a mensuração dos subsídios recebidos ou a receber envolve estimativas acerca do montante efetivo que será obtido, considerando potenciais ajustamentos ou devoluções de valores em caso de não cumprimento das obrigações associadas. Esses subsídios são reconhecidos quando há razoável segurança de que serão recebidos e que todas as condições associadas foram ou serão cumpridas.

2.2.15. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.16. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

2.2.17. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Obrigações com férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31/12/2023					
	Despesas de instalação	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

31/12/2022

	Despesas de instalação	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

	31-12-2023	31-12-2022
<i>Ativos Fixos Intangíveis</i>	0,00	0,00
	0,00	0,00

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Não aplicável

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS



Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31.12.2023

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Ativo Bruto							
Saldo inicial	0,00	406 286,21	740 830,62	60 959,51	0,00	52 857,76	82 447,42	1 343 381,52
Aquisições	0,00	0,00	16 663,72	0,00	0,00	1 741,77	0,00	18 405,49
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	406 286,21	757 494,34	60 959,51	0,00	54 599,53	82 447,42	1 361 787,01
	Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	0,00	274 838,57	698 525,47	60 959,51	0,00	51 680,58	79 579,44	1 165 583,57
Depreciação	0,00	32 861,91	18 950,36	0,00	0,00	637,12	619,72	53 069,11
Saldo final	0,00	307 700,48	717 475,83	60 959,51	0,00	52 317,70	80 199,16	1 218 652,68
Ativos líquidos	0,00	98 585,73	40 018,51	0,00	0,00	2 281,83	2 248,26	143 134,33

31.12.2022

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto								
Saldo inicial	0,00	406 286,21	713 830,49	60 959,51	0,00	51 648,09	82 447,42	1 315 171,72
Aquisições	0,00	0,00	27 000,13	0,00	0,00	1 209,67	0,00	28 209,80
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	406 286,21	740 830,62	60 959,51	0,00	52 857,76	82 447,42	1 343 381,52
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	0,00	241 976,66	682 466,46	60 959,51	0,00	51 648,09	78 920,18	1 115 970,90
Depreciação	0,00	32 861,91	16 059,01	0,00	0,00	32,49	659,26	49 612,67
Saldo final	0,00	274 838,57	698 525,47	60 959,51	0,00	51 680,58	79 579,44	1 165 583,57
Ativos líquidos	0,00	131 447,64	42 305,15	0,00	0,00	1 177,18	2 867,98	177 797,95

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

	31-12-2023	31-12-2022
Ativos Fixos Tangíveis	53 069,11	49 612,67
	53 069,11	49 612,67



NOTA 6. LOCAÇÕES

Não aplicável

NOTA 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 foram:

	31-12-2023	31-12-2022
<i>Juros suportados:</i>		
<i>Financiamentos bancários</i>	714,25	1.255,17
	714,25	1.255,17

NOTA 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável

NOTA 9. IMPARIDADES DE ATIVOS

Não aplicável

NOTA 10. INVENTARIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os inventários da Entidade detalham-se conforme se segue:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	1163,51	0	1163,51	614,49	0	614,49
	1163,51	0	1163,51	614,49	0	614,49

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é detalhado conforme segue:



31-12-2023

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	614,49	0	614,49
Compras	6 673,93	0	6 673,93
Saldo final	1 163,51	0	1 163,51
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	6 124,91	0	6 124,91

31/12/2022

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	345,33	0,00	345,33
Compras	4.853,12	0,00	4.853,12
Regularizações	-204,56	0,00	-204,56
Saldo final	614,49	0,00	614,49
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4.379,40	0,00	4.379,40

NOTA 11. AGRICULTURA

Não aplicável

NOTA 12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável

NOTA 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Não aplicável

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

31-12-2023								
Subsídio	Total Aprovado (candidatura)	Total executado	Executado já submetido e Aprovado	Montante recebido	Montante a receber	Rédito	CPN	Montante por utilizar
POCH – 668 - 2022/2023	1 417 336,45	1 274 761,87	917 655,42	1 040 696,60	89 009,23	717 109,52		
POCH 2030-23/24	1 513 148,44	365 936,28			1 513 148,44	365 936,28		
ERASMUS	64 440,00	64 440,00	64 440,00	25 776,00	38 664,00	64 440,00		
CMF -PROTOCOLO CTE	79 950,00	71 955,00	71 955,00	71 955,00	7 995,00	71 955,00		7 995,00
Subsidio PRR - CTE	1 191 607,33			357 482,20	834 125,13			
Qualifica – 174	129 068,71	129 068,71	52 652,66	61 211,02	48 497,38	109 708,40		
TOTAIS	4 395 550,93	1 906 161,86	1 106 703,08	1 557 120,82	2 531 439,18	1 329 149,20		7 995,00

Em 2023 foi celebrado um protocolo com o município de Felgueiras de financiamento projeto de execução - arquitetura, especialidades e assistência técnica a obra, no âmbito da candidatura aprovada para a criação do CTE da EPF, dando lugar ao reconhecimento do um rédito de 71.955,00 euros.

31-12-2022								
Subsídio	Total Aprovado (candidatura)	Total executado	Executado já submetido e Aprovado	Montante recebido	Montante a receber	Rédito	CPN	Montante por utilizar
POCH – 668 - 2022/2023	1 417 336,45	412 596,31	0,00	225 445,00	1 173 041,06	412 596,31	61 889,45	985 889,75
POCH – 119 - 2021/2022	1 334 764,97	1 247 491,61	1 247 396,21	1 183 849,22	-1 706,07	823 749,63	123 562,44	0,00
Qualifica – 1314	191 487,99	168 549,06	122 386,70	100 206,13	68 342,93	90 779,88	13 616,98	0,00
Qualifica – 726	215 424,00	206 154,36	206 154,36	123 658,71	64 633,25	16 696,65	0,00	0,00
Qualifica – 282	167 554,74	152 467,62	150 942,94	133 962,30	0,00	4 191,27	0,00	0,00
TOTAIS	3 326 568,15	2 187 258,96	1 726 880,21	1 767 121,36	1 304 311,17	1 348 013,74	199 068,87	985 889,75

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existem processos judiciais a decorrer, pelo que não foi necessário constituir qualquer provisão em 2023. Em 2022 também não existia qualquer processo em curso.

NOTA 16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

O ano letivo 2023/2024 dos Cursos Profissionais, que compreende setembro/2023 a agosto/2024, está enquadrado no financiamento do programa PESSOAS 2030 cuja abertura de concurso, excepcionalmente, só ocorreu em março/2024, a plataforma ficou 100% operacional a 10 de abril e a EPF submeteu a candidatura a 12 de abril. Contudo, a EPF só recebeu no dia 09 de agosto a notificação do projeto de decisão de aprovação da candidatura apresentada, cuja assinatura do Termo de Aceitação ocorreu a 12/08/2024.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhadas conforme se segue:

<i>ATIVOS FINANCEIROS</i>	31/12/2023	31/12/2022
<i>Outras contas a receber</i>	2 692 044,60	1 306 203,18
<i>Clientes</i>	0,00	0,00
<i>Fornecedores</i>	434,02	306,48
	2 692 478,62	1.306.509,66

a) inclui subsídios a receber no montante de 2 531 439,18€ (2022: 1 304 311,17 €). Ver nota 14. Inclui o montante de 159 974,10 euros relativos ao reconhecimento da dívida do Município de Felgueiras pela cobertura de prejuízo dos exercícios de 2013 e 2014.



18.2 PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhadas conforme se segue:

<i>PASSIVOS FINANCEIROS</i>		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<i>Fornecedores</i>	(i)	169 850,08	23.145,56
<i>Financiamentos Obtidos</i>	(ii)	425 200,94	0,00
<i>Fornecedores de Investimento</i>	(i)	1 734,30	7 971,63
<i>Outras contas a pagar</i>	(iii)	117 981,58	143 218,25
		<u>714 766,90</u>	<u>174.335,44</u>

(i) Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Não vencido	163.010,44	22 011,92
Vencido:		
0-30 dias	6.839,64	1 090,71
30-90 dias	0,00	42,93
	<u>169 850,08</u>	<u>23 145,56</u>

(ii) Financiamentos obtidos

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Outros Financiadores	425 200,94	0,00
	<u>425 200,94</u>	<u>0,00</u>

A rubrica Outros Financiadores é referente a um empréstimo da DGEST, com base Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2023 que criou uma medida temporária de financiamento dos cursos profissionais para o ano letivo em curso pela via do Orçamento do Estado, que corresponde ao adiantamento de 30%, por referência aos montantes aprovados nas candidaturas do ano anterior.

A EPF tem de pagar o valor recebido após a aprovação da candidatura e recebimento dos respetivos adiantamentos.

Existe também uma conta corrente caucionada na Caixa Geral de Depósitos, a 31 de dezembro de 2023 o valor utilizado é zero (2022: zero euros), dos 325 mil euros autorizados. Para obtenção da linha de crédito foi emitida, como colateral, uma Carta Conforto do Município de Felgueiras até 250 mil euros.



(iii) Fornecedores de Investimento

	31-12-2023	31-12-2022
Não vencido	1 734,30	7 971,63
	<u>1 734,30</u>	<u>7 971,63</u>

(iv) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
<i>Pessoal- Rem. a Pagar</i>	0,00	0,00
<i>Credores por Acréscimos de Gastos (1)</i>	114 826,37	130 514,63
<i>Sindicatos</i>	89,88	0,00
<i>Outros Credores</i>	1 077,17	12 703,62
	<u>115 993,42</u>	<u>143 218,25</u>

(1) Sendo 111 624,88 referente estimativa de Férias e Subsídio de Férias (2022: 111 862,86)

18.3 INSTRUMENTOS DE COBERTURA DE RISCOS

Não aplicável



18.4 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

31.12.2023						
	Investimento. Subsidiarias	Investimento. Associadas	Investimento Outras Empresas.	Out. Investimentos Financeiros	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial	0	0	0	1 843,21	0	1 843,21
Aquisições	0	0	0	324,96	0	324,96
Reembolsos	0	0	0	167,81	0	167,81
Saldo final	0	0	0	2 000,36	0	2 000,36

31.12.2022						
	Investimento. Subsidiarias	Investimento. Associadas	Investimento Outras Empresas.	Out. Investimentos Financeiros	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial	0	0	0	1 767,33	0	1 767,33
Aquisições	0	0	0	691,78	0	691,76
Reembolsos	0	0	0	615,90	0	615,9
Saldo final	0	0	0	1 843,21	0	1 843,21

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas do ativo e do passivo “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31/12/2023	31/12/2022
Outros Gastos a Reconhecer	3 299,83	864,87
	3 299,83	864,87

DIFERIMENTOS PASSIVOS

Subsídios Cursos Profissionais (nota 14)
CMF - Protocolo CTE

31-12-2023	31-12-2022
1 147 212,16	985 889,75
7 995,00	0,00
1 155 207,16	985 889,75


18.5 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

- a) Capital social: o capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.
- b) Reserva legal: de acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da escola, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.
- c) Resultados Transitados: a 31 de dezembro de 2023 são de 168 256,44 € euros, em 31 de dezembro de 2022 eram negativos de 39 462,94 €. Durante o período de 2023 foram registados em Resultados Transitados o valor de 159 974,10 € por contrapartida do reconhecimento no ATIVO (Outras Contas a Receber – nota 18.1) da EPF devido à obrigatoriedade da CMF cobrir os prejuízos dos exercícios de 2013 e 2014 segundo a recomendação do Tribunal de Contas, bem como o valor 47 745,28 € referente à aplicação de resultados do exercício de 2022.
- d) Outras Variações no Património Líquido: o saldo a 31.12.2023 ascende a 1 186 224,47 €, decomposto por 1 191 607,33 € referente à assinatura do termo de aceitação relativo ao financiamento da criação do Centro Tecnológico Especializado-Área Industrial (ver nota 14), deduzido do valor imputado a resultados pela amortização dos bens do ativo fixo tangível que já se encontram em utilização (5 382,86 € – nota 23.2).

NOTA 19. BENEFICIOS DOS EMPREGADOS

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2023	31-12-2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	43 840,24	42 912,94
Remunerações do Pessoal	617 405,99	581 494,23
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	164 699,21	161 366,56
Seguros Acidentes Trabalho	4 267,32	4 199,76
Gastos Ação Social	0,00	0,00
Outros	883,11	117,65
TOTAL GASTOS PESSOAL	831 095,87	790 091,14

O gasto com o Revisor Oficial de Contas totalizou 4 870,80 € relativos ao ano de 2023, valor centralizado em FSE – Trabalhos Especializados.

Nº de trabalhadores ao serviço a 31 de dezembro de 2023 é 31 (2022: 31) e nº médio de trabalhadores durante o exercício 2023: 31 (2022: 31).

A gerente, no exercício findo em 2023, foi remunerada em conformidade com o referido no artº30 da Lei nº50/2012 de 31 de agosto.

NOTA 20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Entidade é detida em 100% pelo Município de Felgueiras, sendo as demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

No decurso dos exercícios de 2023 e 2022 foram registadas transações com partes relacionadas com referência ao fornecimento de água na conta de fornecedores. No exercício de 2023 não foi celebrado o contrato programa com o município, contrariamente ao exercício 2022, cujo valor ascendeu a 201 018,20 euros. Em 2023 foi celebrado um protocolo com o município de Felgueiras de financiamento projeto de execução - arquitetura, especialidades e assistência técnica a obra, no âmbito da candidatura aprovada para a criação do CTE da EPF.

Os saldos dos períodos findos em 2023 e 2022 são os seguintes:

EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM Unipessoal, Lda.



Fornecedores- Câmara Municipal Felgueiras
Outros Devedores – Contrato Programa

	31/12/2023	31/12/2022
	34,97	13,47
	0	0
	34,97	13,47

As transações efetuadas com o Município de Felgueiras ascenderam a:

	2023	2022
- Água	428,31€	455,34€
- Renda	71,13€	71,13€
- Protocolo - CTE	71.955,00€	-

NOTA 21. RELATO POR SEGMENTOS

A Entidade desenvolve uma única atividade, relacionada com o ensino profissional, pelo que não existem outros segmentos relevantes, para efeitos de informação a apresentar.

NOTA 22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não aplicável



NOTA 23. OUTROS

23.1 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

		31-12-2023	31-12-2022
Trabalhos Especializados	i)	109 498,74	26 736,73
Publicidade e Propaganda		4 628,49	3 829,50
Vigilância e Segurança		1 200,00	1 200,00
Honorários	ii)	128 784,73	101 800,00
Comissões / serviços bancários		2 719,34	3 200,10
Conservação e Reparação		5 365,93	7 194,09
Outros Serviços		1 761,37	2 074,72
Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido		162,04	407,06
Livros e Documentação Técnica		154,99	111,40
Material Escritório		4 074,53	4 999,00
Ofertas		252,76	260,08
Material Pedagógico		16 859,03	12 203,76
Material limpeza, higiene e conforto		3 901,34	4 603,42
Outros Materiais		5 160,39	5 395,93
Medicamentos		23,61	0,00
Combustíveis		2 427,24	2 891,84
Água		244,50	240,82
Deslocações, Estadas e Transportes		123 252,30	104 019,57
Deslocações Alojamento Formandos	iii)	120 717,48	103 776,48
Outras		2 534,82	243,09
Rendas e Alugueres		504,63	71,13
Despesas Postais		66,19	1 032,58
Telefone/Internet		7 814,65	7 712,66
Seguros		2 992,87	3 395,77
Viaturas		585,86	778,54
Outros		2 407,01	2 617,23
Contencioso e Notariado		505,41	264,05
Despesas Representação		79,00	67,48
Outros Serviços		231 487,32	164 179,34
Imprensa/Revistas		368,25	30,00
Despesas c/ out Atividades		167,00	284,66
Bolsas	iv)	6 855,61	20 512,30
Alimentação Formandos	v)	155.079,35	136 319,07
Out. Despesas. C/Formandos	vi)	68 194,56	3 195,35
Diversos		822,55	3 837,96
TOTAL FSE		653 921.40	457 891,03

- i) o aumento de Trabalhos Especializados deve-se essencialmente às despesas com o projeto de Execução – requalificação para CTE e obras de remodelação e eficiência energética.
- ii) o aumento dos honorários resulta do acréscimo do volume de trabalho/formação por parte do Centro Qualifica, Cursos Profissionais e do Projeto Erasmus.
- iii) as deslocações dos formandos apresentam um aumento, visto que se trata de uma região de povoamento disperso e com uma deficiente e reduzida rede de transportes públicos. Registam-se alguns alunos cujo itinerário de deslocação escola-residência implica a disponibilização de 2 passes, por não haver transportes diretos para esses itinerários e, um número significativo de alunos em que a sua área de residência/freguesia não é coberta por uma rede de transportes públicos com horário compatível com o da formação, o que acarreta valores ainda mais elevados de custos com transportes.
- iv) Redução da despesa - Bolsa de Material de Estudo na sequência da não abertura da candidatura.
- v) o aumento das despesas com refeições dos alunos resultado de um maior número de alunos a almoçar e da atualização do valor do subsídio de alimentação em 2023.
- vi) nesta rubrica estão incluídas as despesas incorridas no programa Erasmus, no valor de 46 765,00 euros.

23.2 OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos suplementares	8 835,94	7 899,12
Imputação de subsídios ao investimento (nota 18.5)	5 382,86	00,0
Outros	592,63	3 262,89
	14 811,43	11 162,01



23.3 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e taxas	616,93	746,03
Correções relativas a períodos anteriores	720,69	601,38
Quotizações	1 440,00	1 440,00
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais	0,00	93,75
Outros	110,54	6,22
	2 888,16	2 887,38

23.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes de impostos	-203 853,07	53 058,96
Correções relativas a períodos anteriores	720,69	601,38
Multas, coimas e demais penalidades por incumprimentos	0,00	93,75
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	-203 132,38	53 754,09
Prejuízos dedutíveis	0,00	43 003,27
Matéria coletável	0,00	10 750,82
Taxa nominal de imposto	0,00	0,21
	0,00	2 257,67
Tributação autónoma	1 044,19	543,1
Derrama	0,00	0
Imposto sobre o rendimento do período	1 044,19	2 800,77
Taxa efetiva de imposto	-	5%
Imposto corrente	1 044,19	2 800,77
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
Total de imposto sobre o rendimento	1 044,19	2 800,77

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade de 2020 a 2023 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

O montante de prejuízos fiscais por recuperar ascende a 434 703,53 euros (2019: 60 748,08 euros; 2021: 170 102,38 euros; 2023: 203 853,07¹ euros).

23.5 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<i>Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC)</i>				
<i>IRC – reembolso</i>	764,81	0,00	0,00	0,00
<i>IRC a pagar (relativo a 2022)</i>	0,00	0,00	0,00	2 800,77
<i>Retenções de imposto sobre rendimento</i>				
<i>Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)</i>	0,00	15 774,64	0,00	16 232,00
<i>Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)</i>	0,00	70,55	0,00	359,34
<i>ADSE</i>		1 869,64		1 739,08
<i>Contribuições para a Segurança Social</i>	0,00	23 309,50	0,00	21 611,76
<i>Caixa Geral Aposentações</i>	0,00	6 834,17	0,00	7 058,92
	764,81	47 858,50	0,00	49 801,87

¹ os prejuízos fiscais apurados a partir de 2023 podem ser deduzidos **sem qualquer limite temporal**.



NOTA 24 OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

- **Risco Financeiro**

A EPF, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da EPF denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

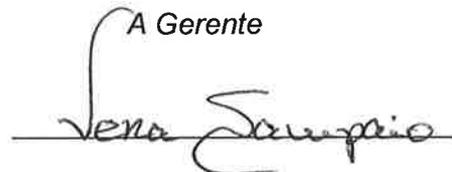
- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todas as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

Felgueiras, 13 de agosto de 2024

A Contabilista Certificada



A Gerente



ENCERRAMENTO ORÇAMENTAL 2023



Exmos senhores, em cumprimento do disposto no art. 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, a Gerente da EPF apresenta o relatório de encerramento orçamental de 2023.

Demonstrações Orçamentais:

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamental da Receita
- Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
- Demonstração dos Planos de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Demonstração Desempenho Orçamental (01-00 até 31-12)

Exercício: 2023

Lançamento:

Valores em EUR

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo de gerência anterior							
Operações orçamentais [1]	0,00	117 549,81	0,00	0,00	0,00	117 549,81	4 856,98
Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]						0,00	0,00
Receita corrente							
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2 Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes	0,00	1 464 712,11	0,00	0,00	0,00	1 464 712,11	1 524 972,24
R5.1 Transferências correntes	0,00	1 464 712,11	0,00	0,00	0,00	1 464 712,11	1 524 972,24
R5.1.1 Administrações Públicas	0,00	1 464 712,11	0,00	0,00	0,00	1 464 712,11	1 524 972,24
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	1 392 757,11	0,00	0,00	0,00	1 392 757,11	1 323 954,04
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	71 955,00	0,00	0,00	0,00	71 955,00	201 018,20
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	0,00	9 989,35	0,00	0,00	0,00	9 989,35	0,00
R7 Outras Receitas Correntes	0,00	246,43	0,00	0,00	0,00	246,43	12 608,50
Receita de Capital							
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2 Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro							
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]	0,00	1 474 947,89	0,00	0,00	0,00	1 474 947,89	1 537 580,74
Receita não efetiva [3]	0,00	645 200,94	0,00	0,00	0,00	645 200,94	545 000,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com Passivos financeiros	0,00	645 200,94	0,00	0,00	0,00	645 200,94	545 000,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00	0,00	2 237 698,64	2 087 437,72
Recebimentos de operações de tesouraria [B]						0,00	0,00

Demonstração Desempenho Orçamental (01-00 até 31-12)

Exercício: 2023

Lançamento:

Valores em EUR

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente							
D1 Despesas com o pessoal	0,00	845 720,16	0,00	0,00	0,00	845 720,16	798 564,07
D1.1 Remunerações certas e permanentes	0,00	661 165,76	0,00	0,00	0,00	661 165,76	616 520,00
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	0,00	1 229,11	0,00	0,00	0,00	1 229,11	117,65
D1.3 Segurança social	0,00	183 325,29	0,00	0,00	0,00	183 325,29	181 926,42
D2 Aquisição de bens e serviços	0,00	526 414,56	0,00	0,00	0,00	526 414,56	494 299,53
D3 Juros e outros encargos	0,00	9 398,73	0,00	0,00	0,00	9 398,73	6 863,19
D4 Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1 Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital							
D6 Aquisição de bens de capital	0,00	34 129,62	0,00	0,00	0,00	34 129,62	20 161,12
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	0,00	1 415 663,07	0,00	0,00	0,00	1 415 663,07	1 319 887,91
Despesa não efetiva [6]	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	220 000,00	650 000,00
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	220 000,00	650 000,00
Soma [7]=[5]+[6]	0,00	1 635 663,07	0,00	0,00	0,00	1 635 663,07	1 969 887,91
Pagamentos de operações de tesouraria [C]					0,00	0,00	0,00
Saldos para gerência seguinte							
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	0,00	602 035,57	0,00	0,00	0,00	602 035,57	117 549,81
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					0,00	0,00	0,00
Saldo global [2]-[5]	0,00	59 284,82	0,00	0,00	0,00	59 284,82	217 692,83
Despesa primária	0,00	1 406 264,34	0,00	0,00	0,00	1 406 264,34	1 313 024,72
Saldo corrente	0,00	93 414,44	0,00	0,00	0,00	93 414,44	237 853,95
Saldo de capital	0,00	-34 129,62	0,00	0,00	0,00	-34 129,62	-20 161,12
Saldo primário	0,00	68 683,55	0,00	0,00	0,00	68 683,55	224 556,02
Receita total [1]+[2]+[3]	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00	0,00	2 237 698,64	2 087 437,72
Despesa total [5]+[6]	0,00	1 635 663,07	0,00	0,00	0,00	1 635 663,07	1 969 887,91

O Contabilista Público,

Em 09 de Setembro de 2023

O Órgão de Gestão,

Em 09 de Setembro de 2023

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2023

Lançamento: <TODOS>

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação		Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições			Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Valores em EUR	
		Atividade	Programa							Económica	Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Período anterior	Período corrente
1	000	000	000000	Funcionamento normal														
				Receitas Correntes														
1	000	000	000000	Transferências correntes														
1	000	000	0603	Administrações central														
1	000	000	060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	1 068 851,18	0,00	1 392 757,11	0,00	1 392 757,11	0,00	0,00	0,00	1 392 757,11	0,00	1 392 757,11	0,00	0,00%	130,30%
1	000	000	0605	Administração local														
1	000	000	060501	Continente	330 105,09	0,00	71 955,00	0,00	71 955,00	0,00	0,00	0,00	71 955,00	0,00	71 955,00	0,00	0,00%	21,80%
1	000	000	07	Venda de bens e serviços correntes														
1	000	000	0702	Serviços														
1	000	000	070207	Alimentação e alojamento	0,00	0,00	7 659,05	0,00	7 659,05	0,00	0,00	0,00	7 659,05	0,00	7 659,05	0,00	0,00%	0,00%
1	000	000	070299	Outros	9 682,37	0,00	2 330,30	0,00	2 330,30	0,00	0,00	0,00	2 330,30	0,00	2 330,30	0,00	0,00%	24,07%
1	000	000	08	Outras receitas correntes														
1	000	000	0801	Outras receitas correntes														
1	000	000	080199	Outras	0,00	0,00	246,43	0,00	246,43	0,00	0,00	0,00	246,43	0,00	246,43	0,00	0,00%	0,00%
				Total das Receitas Correntes	1 408 638,64	0,00	1 474 947,89	0,00	1 474 947,89	0,00	0,00	0,00	1 474 947,89	0,00	1 474 947,89	0,00	0,00%	104,71%
				Receitas de Capital														
1	000	000	000000	Passivos financeiros														
1	000	000	1205	Empréstimos a curto prazo														
1	000	000	120502	Sociedades financeiras	650 000,00	0,00	220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	0,00%	33,85%
1	000	000	120503	Adm. Públicas - Adm. central - Estado	425 200,94	0,00	425 200,94	0,00	425 200,94	0,00	0,00	0,00	425 200,94	0,00	425 200,94	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	16	Saldo da gerência anterior														
1	000	000	1601	Saldo orçamental														
1	000	000	160101	Na posse do serviço	0,00	0,00	117 549,81	0,00	117 549,81	0,00	0,00	0,00	117 549,81	0,00	117 549,81	0,00	0,00%	0,00%
				Total das Receitas de Capital	1 075 200,94	0,00	762 750,75	0,00	762 750,75	0,00	0,00	0,00	762 750,75	0,00	762 750,75	0,00	0,00%	70,94%
				Total Atividade 000	2 483 839,58	0,00	2 237 698,64	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00	0,00	2 237 698,64	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00%	90,09%
				Total Fonte Fin. 000	2 483 839,58	0,00	2 237 698,64	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00	0,00	2 237 698,64	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00%	90,09%
				Total Orgânica 1	2 483 839,58	0,00	2 237 698,64	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00	0,00	2 237 698,64	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00%	90,09%
				Total Geral (Receitas Correntes)	1 408 638,64	0,00	1 474 947,89	0,00	1 474 947,89	0,00	0,00	0,00	1 474 947,89	0,00	1 474 947,89	0,00	0,00%	104,71%
				Total Geral (Rec. de Capital)	1 075 200,94	0,00	762 750,75	0,00	762 750,75	0,00	0,00	0,00	762 750,75	0,00	762 750,75	0,00	0,00%	70,94%
				Total Geral	2 483 839,58	0,00	2 237 698,64	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00	0,00	2 237 698,64	0,00	2 237 698,64	0,00	0,00%	90,09%



Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2023

Lançamento: <TODOS>

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação		Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições			Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Valores em EUR	
		Atividade	Programa							Económica	Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Total	Períodos anteriores

Em ___ de ___ de ___
 O Contabilista Público,
Carla Mendes

Em ___ de ___ de ___
 O Órgão de Gestão,
Senar Saranga

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2023

Lançamento: <TODOS>

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação		Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descontivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Valores em EUR	
		Atividade	Programa							Económica	Períodos anteriores			Período corrente	Total
1	000	000	000000	Funcionamento normal											
				Despesas Correntes											
1	000	000	000000	Despesas com o pessoal	43 666,00	890 319,84	0,00	890 319,35	890 319,35	43 666,00	802 054,16	0,00	44 599,19	4,90%	90,08%
1	000	000	000000	Remunerações certas e permanentes	24 340,73	685 471,82	0,00	685 457,08	685 457,08	24 340,73	636 825,03	0,00	24 291,32	3,55%	92,90%
1	000	000	000000	Órgãos sociais	1 203,40	39 206,80	0,00	39 206,80	39 206,80	1 203,40	36 794,03	0,00	1 209,37	3,07%	93,85%
1	000	000	000000	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	11 207,32	505 276,97	0,00	505 262,23	505 262,23	11 207,32	483 255,30	0,00	10 799,61	2,22%	95,64%
1	000	000	000000	Subsidio de refeição	0,00	39 432,00	0,00	39 432,00	39 432,00	0,00	39 432,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Subsidio de férias e de Natal	11 930,01	101 555,05	0,00	101 555,05	101 555,05	11 930,01	77 343,70	0,00	12 282,34	11,75%	76,16%
1	000	000	000000	Subsidio de férias	0,00	44 260,32	0,00	44 260,32	44 260,32	0,00	44 260,32	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Subsidio de Natal	11 930,01	57 295,73	0,00	57 295,73	57 295,73	11 930,01	33 083,38	0,00	12 282,34	20,82%	57,74%
1	000	000	000000	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	1 229,11	0,00	1 229,11	1 229,11	0,00	1 229,11	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Formação	0,00	1 229,11	0,00	1 229,11	1 229,11	0,00	1 229,11	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Segurança social	19 325,27	203 638,91	0,00	203 638,16	203 638,16	19 325,27	164 000,02	0,00	20 307,87	9,49%	80,53%
1	000	000	000000	Contribuições pa a segurança social	19 325,27	199 371,29	0,00	199 365,84	199 365,84	19 325,27	159 732,70	0,00	20 307,87	9,69%	80,12%
1	000	000	000000	Caixa Geral de Aposentações	4 177,71	32 731,95	0,00	32 726,50	32 726,50	4 177,71	24 503,86	0,00	4 044,93	12,76%	74,86%
1	000	000	000000	Segurança Social	15 147,56	166 639,94	0,00	166 639,34	166 639,34	15 147,56	135 228,84	0,00	16 282,94	9,09%	81,15%
1	000	000	000000	Seguros	0,00	4 267,62	0,00	4 267,32	4 267,32	0,00	4 267,32	0,00	0,00	0,00%	99,99%
1	000	000	000000	Aquisição de bens e serviços	36 687,44	706 139,70	0,00	705 551,45	700 906,84	36 687,44	489 727,12	4 644,61	174 482,28	5,20%	69,35%
1	000	000	000000	Aquisição de bens	4 964,53	44 902,20	0,00	44 902,20	44 902,20	4 964,53	34 145,89	0,00	5 791,78	11,06%	76,05%
1	000	000	000000	Combustíveis e lubrificantes	0,00	2 427,24	0,00	2 427,24	2 427,24	0,00	2 427,24	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Limpeza e higiene	145,02	4 046,36	0,00	4 046,36	4 046,36	145,02	2 218,33	0,00	1 683,01	3,58%	54,82%
1	000	000	000000	Material de escritório	898,42	4 970,81	0,00	4 970,81	4 970,81	898,42	3 406,13	0,00	726,26	16,87%	68,52%
1	000	000	000000	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	252,76	0,00	252,76	252,76	0,00	252,76	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Mercadorias para a venda	740,53	7 587,61	0,00	7 587,61	7 587,61	740,53	4 933,39	0,00	1 913,69	9,76%	65,02%
1	000	000	000000	Ferramentas e utensílios	0,00	162,04	0,00	162,04	162,04	0,00	162,04	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Livros e documentação técnica	0,00	155,00	0,00	155,00	155,00	0,00	155,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Material de educação, cultura e recreio	3 105,56	19 934,30	0,00	19 934,30	19 934,30	3 105,56	15 465,63	0,00	1 363,11	15,58%	77,58%
1	000	000	000000	Outros bens	135,00	5 366,08	0,00	5 366,08	5 366,08	135,00	5 125,37	0,00	105,71	2,53%	95,51%
1	000	000	000000	Aquisição de serviços	31 722,91	661 237,50	0,00	660 649,25	656 004,64	31 722,91	455 581,23	4 644,61	168 700,50	4,80%	68,90%
1	000	000	000000	Conservação de bens	1 563,08	6 916,09	0,00	6 916,09	6 916,09	1 563,08	5 181,10	0,00	171,91	22,60%	74,91%
1	000	000	000000	Locação de edifícios	0,00	71,13	0,00	71,13	71,13	0,00	71,13	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Comunicações	0,00	8 279,33	0,00	8 279,33	8 279,33	0,00	7 814,40	0,00	464,93	0,00%	94,38%
1	000	000	000000	Representação dos serviços	0,00	79,00	0,00	79,00	79,00	0,00	79,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	Seguros	0,00	4 511,59	0,00	4 511,59	4 469,55	0,00	4 469,55	42,04	0,00	0,00%	99,07%

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2023

Lançamento: <TODOS>

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação		Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Valores em EUR	
		Atividade	Programa							Económica	Períodos anteriores			Período corrente	Períodos anteriores
1	000	000	000000	020213	7 050,90	130 137,38	0,00	130 137,38	130 137,38	7 050,90	93 294,53	0,00	29 791,95	5,42%	71,69%
1	000	000	000000	020217	0,00	5 198,93	0,00	5 198,93	5 198,93	0,00	5 198,93	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	020218	100,00	1 300,00	0,00	1 300,00	1 300,00	100,00	1 000,00	0,00	200,00	7,69%	76,92%
1	000	000	000000	020220	1 457,80	110 211,06	0,00	110 211,06	107 328,04	1 457,80	22 200,33	2 883,02	83 669,91	1,32%	20,14%
1	000	000	000000	020225	21 551,13	394 532,99	0,00	393 944,74	392 225,19	21 551,13	316 272,26	1 719,35	54 401,80	5,46%	80,16%
1	000	000	000000	03	0,00	9 398,73	0,00	9 398,73	9 398,73	0,00	9 398,73	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	0305	0,00	997,62	0,00	997,62	997,62	0,00	997,62	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	030502	0,00	997,62	0,00	997,62	997,62	0,00	997,62	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	0306	0,00	8 401,11	0,00	8 401,11	8 401,11	0,00	8 401,11	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	000	000	000000	030601	0,00	8 401,11	0,00	8 401,11	8 401,11	0,00	8 401,11	0,00	0,00	0,00%	100,00%
				Total das Despesas Correntes	80 353,44	1 605 878,27	0,00	1 605 269,53	1 600 624,92	80 353,44	1 301 180,01	4 644,61	219 091,47	5,00%	81,03%
1	000	000	000000	07	8 048,68	35 863,92	0,00	35 863,92	35 863,92	8 048,68	26 080,94	0,00	1 794,30	22,44%	72,72%
1	000	000	000000	0701	8 048,68	35 863,92	0,00	35 863,92	35 863,92	8 048,68	26 080,94	0,00	1 794,30	22,44%	72,72%
1	000	000	000000	070109	859,77	2 601,54	0,00	2 601,54	2 601,54	859,77	1 741,77	0,00	0,00	33,05%	66,95%
1	000	000	000000	070110	7 188,91	33 262,38	0,00	33 262,38	33 262,38	7 188,91	24 339,17	0,00	1 794,30	21,61%	73,17%
1	000	000	000000	10	0,00	650 000,00	0,00	220 000,00	220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00%	33,85%
1	000	000	000000	1005	0,00	650 000,00	0,00	220 000,00	220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00%	33,85%
1	000	000	000000	100503	0,00	650 000,00	0,00	220 000,00	220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00%	33,85%
				Total das Despesas de Capital	8 048,68	685 863,92	0,00	255 863,92	255 863,92	8 048,68	246 080,94	0,00	1 794,30	1,17%	35,88%
				Total Atividade 000	88 402,12	2 291 742,19	0,00	1 861 133,45	1 856 488,94	88 402,12	1 547 260,95	4 644,61	220 825,77	3,86%	67,51%
				Total Fonte Fin. 000	88 402,12	2 291 742,19	0,00	1 861 133,45	1 856 488,94	88 402,12	1 547 260,95	4 644,61	220 825,77	3,86%	67,51%
				Total Orgânica 1	88 402,12	2 291 742,19	0,00	1 861 133,45	1 856 488,94	88 402,12	1 547 260,95	4 644,61	220 825,77	3,86%	67,51%
				Total Geral (Despesas Correntes)	80 353,44	1 605 878,27	0,00	1 605 269,53	1 600 624,92	80 353,44	1 301 180,01	4 644,61	219 091,47	81,03%	81,03%
				Total Geral (Despesas Capital)	8 048,68	685 863,92	0,00	255 863,92	255 863,92	8 048,68	246 080,94	0,00	1 794,30	35,88%	35,88%
				Total Geral	88 402,12	2 291 742,19	0,00	1 861 133,45	1 856 488,94	88 402,12	1 547 260,95	4 644,61	220 825,77	3,86%	67,51%

Em _____ de _____
 O Contabilista Público,
(Assinatura)

O Órgão de Gestão,
(Assinatura)
 Em _____ de _____

Objetivo (1)	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	Descrição (3)	Forma de realização (5)	FONTE DE FINANCIAMENTO				DATAS				Pagamentos				TOTAL		
				RP (6)	U.E. (7)	EMPR (8)	INICIO (10)	FIM (11)	Realizado em períodos anteriores (13)	Realização Ano 2023 (14)	Períodos seguintes							
											Ano 2024 (15)	Ano 2025 (16)	Ano 2026 (17)	Ano 2027 (18)				
1.		Funções Sociais																
1.1		Educação																
1.1.1		Ensino não Superior																
1.1.1.1		Ensino Profissional																
1.1.1.1.1	43311.02	Aquisição de Equipamento Básico - Computadores	Outra		100%		31/03/2023	31/12/2023			11 496,75						11 496,75	
1.1.1.1.2	43342.06	Aquisição de Equipamento Básico - Cartelas Escolares	Outra		100%		31/03/2023	31/12/2023			2 240,62						2 240,62	
1.1.1.1.5	43311.07	Aquisição de Equipamento Básico - Impressoras	Outra		100%		21/04/2023	31/12/2023			479,34						479,34	
1.1.1.1.4	43343.17	Aquisição de Equipamento Básico - Televisores	Outra		100%		04/08/2023	31/12/2023			3 778,87						3 778,87	
1.1.1.1.5	43311.16	Aquisição de Equipamento Básico - PC portáteis	Outra		100%		21/04/2023	31/12/2023			4 308,40						4 308,40	
1.1.1.1.6	43326.14	Aquisição de Equipamento Básico - Equipamento Fotográfico	Outra		100%		08/09/2023	31/12/2023			543,98						543,98	
1.1.1.1.7	43312.14	Aquisição de Equipamento Básico - Telemóveis	Outra		100%		27/10/2023	31/12/2023			1 056,24						1 056,24	
1.1.1.1.7	43343.99	Aquisição de Equipamento Básico - Outros	Outra		100%		05/12/2023	31/12/2023			434,99						434,99	
1.1.1.1.9	43511.02	Aquisição de Equipamento Administrativo - Computadores	Outra		100%		30/03/2023	31/12/2023			1 351,77						1 351,77	
1.1.1.1.9	43511.16	Aquisição de Equipamento Administrativo - PC Portáteis	Outra		100%		30/03/2023	31/12/2023			390,00						390,00	
Total												26 080,96	0,00	1 734,30	0,00	0,00	0,00	27 815,26

Felgueras *Vera Saiz*

Relatório
de
Governo
Societário

2023

EPF - ENSINO
PROFISSIONAL DE
FELGUEIRAS, EM,
UNIPESSOAL, LDA

Índice

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	ENQUADRAMENTO.....	4
1.2	SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
2	CULTURA, VISÃO, MISSÃO, ESTRATÉGIA E POLÍTICAS	6
2.1	MISSÃO:.....	6
2.2	VISÃO:.....	7
2.3	CULTURA:.....	7
2.4	VALORES:.....	7
2.5	ESTRATÉGIA:.....	8
2.6	CERTIFICAÇÃO:.....	8
2.7	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO.....	8
2.8	OUTRAS FORMAS DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL OU PEDAGÓGICA, PREPARATÓRIAS OU COMPLEMENTARES DA ATIVIDADE FORMATIVA OU FACILITADORAS DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:.....	11
2.9	SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE, ALINHADO COM O QUADRO EQAVET:.....	11
2.10	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:.....	11
3	ESTRUTURA DE CAPITAL	12
3.1	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	12
4	ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	13
4.1	ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	13
4.1.1	Assembleia Geral ¹³	
4.1.2	Gerência ¹⁴	
4.1.3	Fiscal Único ¹⁴	
5	REGULAMENTOS E CÓDIGOS	16
5.1	REGULAMENTO INTERNO.....	16
5.2	CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA:.....	16
6	DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO E SÍTIO NA INTERNET	17
6.1	TRANSPARÊNCIA:.....	17
6.2	PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO:.....	17
6.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL:.....	18
6.4	POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE:.....	18

7	ORGANIZAÇÃO INTERNA	19
7.1	CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO	19
7.2	RISCO DE CRÉDITO	20
7.3	RISCO DE LIQUIDEZ.....	20
8	VIII. REMUNERAÇÕES	20
8.1	COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO	20
8.2	REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO	21
9	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	22
10	AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	22
11	OUTRAS INFORMAÇÕES:	23
12	ANEXOS DO RGS.....	23



1 INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO

A empresa municipal, entidade proprietária da escola, EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM., Unipessoal, Lda., doravante designada por EPF ou sociedade, pessoa coletiva n.º 504575848, com sede na rua dos Bombeiros Voluntários de Felgueiras, n.º 104, 4610-165 Felgueiras, de âmbito municipal que tem por objeto social a atividade de:

a) Ensino e formação profissional

A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares, nomeadamente atividades ou eventos, quer em parceria, quer de modo próprio, que estejam ligados aos cursos que ministra ou que de maneira direta ou indireta responda às necessidades dos stakeholders.

As empresas locais regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, constante da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e integram-se no sector público empresarial, cujos princípios e regras aplicáveis constam do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Para efeitos do disposto no diploma, o sector público empresarial abrange o sector empresarial do Estado e o sector empresarial local e nele se fixam normas relativas às estruturas de governo societário, com destaque para o modelo de governo assumido, que deverá assegurar a efetiva separação entre as funções de administração executiva e de fiscalização.

Tem hoje, por isso, fonte legal a definição dos princípios e regras aplicáveis à constituição, organização e governo das empresas públicas, os princípios e regras aplicáveis ao exercício dos poderes inerentes à titularidade de participações sociais ou a quaisquer participações em organizações que integrem o setor público empresarial ou que a ele estejam submetidas nos termos da lei, assim como os princípios e regras aplicáveis à monitorização e ao controlo a que estão submetidas as empresas públicas.

No âmbito da disciplina que se impõe agora a todas as empresas públicas exige-se a prestação de informações tidas por essenciais para a garantia de um conhecimento adequado das práticas de bom governo adotadas independentemente do respetivo modelo societário ou da área de negócio ou campo de atuação.

Paralelamente, o regime jurídico das empresas locais impõe especiais deveres de informação aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, indicados no artigo 42.º da referida Lei 50/2012, a que a empresa dá pleno cumprimento, sendo as relações entre a sociedade e os acionistas regulados por contratos-programa.

1.2 SUMÁRIO EXECUTIVO

O Governo da sociedade EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda. (daqui em diante abreviadamente designada por “EPF ou “Sociedade”) apresenta, de seguida, ao seu sócio, clientes, fornecedores e demais stakeholders e à sociedade em geral, o Relatório de Governo da Sociedade (“Relatório”). O modelo de Relatório é o que consta do Regulamento do Ministério das Finanças – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Ao longo do exercício de 2023, a EPF deu continuidade ao processo de adaptação da sua estrutura ao cumprimento do Código de Governo das Sociedades (RJSPE – Práticas de bom governo). O seu modelo de gestão está alinhado com tal Código, pelo que a EPF muito se apraz por cumprir tal nível de observância das recomendações dele constantes.

A EPF continuará a prosseguir a sua estratégia, assente numa gestão rigorosa e transparente, para continuar a ser merecedora da confiança que, até hoje, o seu sócio, demais stakeholders e o público em geral, lhe têm dado e com a qual muito se congratula.

Destacando-se a informação seguinte:



Relatório do Governo Societário

- a. Apresentou o plano de atividades e orçamento para 2023 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, obtendo a aprovação do mesmo pela Entidade Proprietária. Divulgou informação sobre participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios semestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, e remunerações.
- b. Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa.
- c. Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, com o POCH e outros agentes económicos.
- d. Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental.
- e. Evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.
- f. Evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF.
- g. Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)

2 CULTURA, VISÃO, MISSÃO, ESTRATÉGIA E POLÍTICAS

2.1 MISSÃO:

A EPF tem como missão formar jovens preparados para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança, proporcionando-lhes as condições necessárias ao desenvolvimento de sólidas competências técnicas e sociais.

2.2 VISÃO:

A EPF tem como visão ser uma escola de ensino profissional de referência na região e no país, reconhecida pela qualidade do seu ensino, pela competência e o desempenho dos profissionais que forma e pelo seu contributo para o desenvolvimento do tecido empresarial e da sociedade.

2.3 CULTURA:

Preparar para o mercado de trabalho, mas também para a vida, continua a ser o propósito fundamental e a missão da Escola Profissional de Felgueiras. Assente numa preocupação e dinâmica de formação Integral da Pessoa Humana e atenta ao mundo à sua volta e aos problemas que esse mundo poderá colocar, a EPF tem uma cultura de exigência em relação ao desempenho de todos os colaboradores e partes interessadas, no rigor no desenvolvimento da sua atividade, no respeito pelas normas inerentes ao sistema de garantia da qualidade, no respeito pelos direitos do homem, na defesa do ambiente e do património natural e construído.

2.4 VALORES:

- Responsabilidade pessoal e profissional;
- Respeito pelo outro;
- Inclusão e valorização da diferença;
- Solidariedade;
- Autonomia;
- Inovação;
- Criatividade;
- Rigor;
- Competência;
- Confiança;
- Qualidade.

2.5 ESTRATÉGIA:

A estratégia da EPF vai no sentido de:

- a)Garantir um plano de comunicação do projeto educativo;
- b)Reforçar iniciativas no sentido de dotar a escola de melhores instalações, equipamentos e materiais didáticos;
- c)Assegurar uma equipa de docentes e não docentes identificados com a missão e visão da escola;
- d)Captar formandos que revelem interesse vocacional para as áreas de formação;
- e)Promover aprendizagens de acordo com os avanços tecnológicos e conhecimentos científicos mais avançados;
- f)Reforçar as relações de parceria com o tecido económico e social ao nível nacional e transnacional;
- g)Intensificar ações para aumentar a taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos.

2.6 CERTIFICAÇÃO:

A Escola Profissional de Felgueiras tem a autorização de funcionamento n.º 38, emitida pelo Ministério da Educação em 31/08/1999, com os aditamentos inerentes ao aumento da oferta formativa.

2.7 DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Tendo em conta que a organização da formação implica atuar nos diferentes domínios que estruturam a atividade da Escola, identificam-se e desenvolvem-se os objetivos específicos que lhes estão subjacentes:

- a. Estudo e Diagnóstico de Necessidades de Formação:
 - i. Identificar as características do tecido produtivo do território alvo e as respetivas dinâmicas sociais;
 - ii. Identificar as necessidades de formação face às necessidades do mercado de trabalho;
 - iii. Auscultar os parceiros sociais sobre necessidades de formação.

- b. Planeamento e Organização de Atividades Educativas e Formativas:
- i. Definir a cronologia global de realização das intervenções;
 - ii. Planear intervenções formativas;
 - iii. Fixar os objetivos a atingir em termos qualitativos e quantitativos em interligação com o tecido económico e social;
 - iv. Definir a preparação científica, técnica e pedagógica dos agentes a envolver nas intervenções;
 - v. Estimar os meios necessários, designadamente, equipamentos, recursos humanos e pedagógicos;
 - vi. Identificar os objetivos gerais e específicos de cada intervenção;
 - vii. Definir os programas, os respetivos conteúdos e a duração das intervenções, tendo em atenção a sua adequação ao público-alvo;
 - viii. Assegurar recursos tecnológicos que permitam aprendizagens partilhadas em espaços geograficamente distintos;
 - ix. Assegurar a documentação promocional das intervenções e a sua divulgação, de forma adequada ao público-alvo;
 - x. Proporcionar meios complementares de consulta e pesquisa de informação;
 - xi. Assegurar espaços bem dimensionados, respeitando as regras de higiene, saúde e segurança no desenvolvimento das intervenções;
 - xii. Assegurar as medidas de autoproteção e segurança;
 - xiii. Garantir o cumprimento legal no âmbito da proteção dos dados pessoais (Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD).
- c. Conceção de Programas, Instrumentos e Suportes Formativos:
- i. Identificar os objetivos gerais e específicos de cada intervenção, atendendo às necessidades das empresas;
 - ii. Definir programas, respetivos conteúdos e duração das intervenções, tendo em atenção a sua adequação ao público-alvo e às necessidades das empresas;
 - iii. Definir as distintas fases de progressão e integração cultural e socioprofissional a superar pelos destinatários da formação;
 - iv. Conceber ou identificar metodologias pedagógicas, instrumentos e conteúdos de formação facilitadores da aprendizagem.
- d. Desenvolvimento e Execução de Atividades Educativas e Formativas:

Relatório do Governo Societário

- i. Assegurar o desenvolvimento/execução das atividades educativas e formativas;
 - ii. Operacionalizar as metodologias pedagógicas, os instrumentos facilitadores da aprendizagem;
 - iii. Assegurar a preparação técnica e pedagógica dos agentes envolvidos, designadamente, docentes, técnicos, coordenadores, diretores;
 - iv. Assegurar a preparação sociocultural dos docentes, quando em presença de segmentos-alvo ou populações com características específicas;
 - v. Assegurar a realização de atividades extracurriculares, de apoio aos formandos;
 - vi. Promover o encaminhamento dos formandos para percursos de qualificação;
 - vii. Assegurar atividades complementares de incentivo ao reconhecimento dos formandos;
 - viii. Assegurar que os conhecimentos, competências e atitudes se traduzam em resultados de aprendizagem.
- e. Acompanhamento e Avaliação de Atividades Formativas:
- i. Analisar a conformidade dos resultados da formação face aos objetivos fixados, nomeadamente ao nível da adesão dos formandos e da aquisição de conhecimentos, competências e atitudes, traduzidos em resultados das aprendizagens;
 - ii. Identificar os impactos mediatos da formação no desempenho dos formandos, na dinâmica das equipas de trabalho, nos resultados e na cultura da organização;
 - iii. Identificar os resultados e os impactos da formação na inserção socioprofissional dos formandos, designadamente aos níveis da evolução das qualificações, da empregabilidade e da integração social.

2.8 OUTRAS FORMAS DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL OU PEDAGÓGICA, PREPARATÓRIAS OU COMPLEMENTARES DA ATIVIDADE FORMATIVA OU FACILITADORAS DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:

- i. Desenvolver ações/atividades de sensibilização, informação/orientação e/ou preparação dos grupos alvo, enquanto processos facilitadores do despiste de interesses e vocações, da adesão do público-alvo às intervenções formativas e da sua posterior eficácia;
- ii. Desenvolver formas específicas de acompanhamento e apoio (psicossocial e logístico) no decurso e na sequência das intervenções formativas;
- iii. Desenvolver intervenções assentes em metodologias e formas de organização promotoras de integração e readaptação socioprofissional.

2.9 SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE, ALINHADO COM O QUADRO EQAVET:

- i. Garantir o cumprimento do Sistema de Garantia da Qualidade - EQAVET;
- ii. Promover a manutenção dos processos do Sistema de Garantia da Qualidade;
- iii. Promover a melhoria continua dos indicadores;
- iv. Assegurar o compromisso e responsabilização de todos os colaboradores com o Sistema de Garantia da Qualidade.

2.10 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:

Assegurar as relações da escola com:

- i. Os organismos do estado;
- ii. Outros operadores de formação nacionais e transnacionais;
- iii. As associações representativas dos setores de atividade a nível nacional e transnacional.

3 ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Participações Sociais e Obrigações detidas

A EPF, em virtude da influência do sócio que, nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sobre ela exerce o Município de Felgueiras, é uma empresa local, com caráter municipal.

A estrutura do capital em 2023 ascende a 376.000,00€ repartido da seguinte forma:

Sócios	País de localização da Sede	Participação direta no capital	Participação direta no capital	Participação direitos de voto %
Município de Felgueiras	Felgueiras	100%	376.000,00 €	100%

Em linha com o determinado no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, cabe ao dito Município o exercício da função sócio na empresa que se processa por via de deliberação em assembleia geral, regularmente convocadas.

A AG da sociedade reunirá no dia 09 de setembro de 2024 de modo a deliberar sobre os seguintes assuntos: Relatório de Gestão, as Contas e o Balanço do exercício de 2023 e proposta de aplicação de resultados.

Reuniu ainda a AG da sociedade no dia 20 de novembro de 2023, tendo deliberado sobre os seguintes assuntos: Definição das Orientações Anuais para a empresa - 2024; Proposta do Plano de Atividades da empresa para 2023 e Proposta do Orçamento da empresa para 2024.

A documentação foi previamente disponibilizada e tornada pública através da disponibilização no site da sociedade.

Ações próprias

A Sociedade não detém quaisquer ações próprias em carteira, por referência a 31 de dezembro de 2023.

4 ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

4.1 ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

ÓRGÃOS

1.Os órgãos sociais da EFF- Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda., são a Assembleia Geral, a Gerência e o Fiscal Único.

2.Sem prejuízo do disposto nos Estatutos da sociedade, a natureza e as competências dos órgãos sociais obedecem ao disposto na Lei Comercial.

4.1.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral é presidida pelo representante do Município de Felgueiras, designado pela Câmara Municipal, que poderá, facultativamente, designar pessoa sócia ou não sócia para servir de secretário.

Compete à Assembleia Geral:

- a.nomear e destituir os membros da Gerência;
- b.apreciar e aprovar em cada ano, os instrumentos de gestão previsional relativos ao ano seguinte, nomeadamente os planos de atividades anuais e plurianuais e o orçamento anual, nos termos da Lei;
- c.apreciar e aprovar em cada ano, o relatório de gestão da Gerência, as contas de exercício, a proposta de aplicação de resultados, o parecer do Fiscal Único e os demais instrumentos de prestação de contas, referentes ao ano anterior nos termos da Lei;
- d.apreciar, em geral, a administração e fiscalização da empresa;
- e.propor, nos termos da Lei, alterações dos presentes estatutos e aumentos do capital social;
- f.autorizar a aquisição, venda e oneração de bens imóveis;
- g.autorizar a contração de empréstimos a médio e longo prazo;
- h.definir as condições e os termos da cobrança de rendas, e de outras receitas próprias geradas pela exploração dos equipamentos e pela restante atividade da EPF, Lda.;
- i.estabelecer o estatuto remuneratório dos membros da Gerência, nos termos do nº2 do artigo 30º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto;
- j.pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a empresa;
- k.exercer, dentro dos respetivos limites, os demais poderes que a Lei confere às assembleias gerais das sociedades por quotas.

Os membros da Assembleia Geral não são remunerados.

Composição da mesa da assembleia geral

Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral

A 31 de dezembro de 2023, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros:

Presidente: Ana Maria Medeiros Peixoto

Secretária: Isabel Lopes

b) Exercício do direito de voto.

4.1.2 Gerência

A Gerência da sociedade é exercida por um Conselho de Gerência, composto por uma Gerência Singular, cuja estrutura e membros foram definidos e eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Gerência poderão ser remunerados ou não, conforme o que vier a ser deliberado em Assembleia Geral, nos termos disposto no n.º 3 do artigo 25.º e do artigo 30.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Para representar a sociedade e para a obrigar e vincular em documentos, atos e contratos de qualquer natureza é exigida a assinatura:

– do gerente, neste caso de Gerência Singular.

Os atos previstos nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 246º do Código das Sociedades Comerciais só podem ser praticados pela Gerência mediante prévia autorização da Assembleia Geral.

4.1.3 Fiscal Único

A fiscalização da empresa é exercida por um Fiscal Único, que é um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

O Fiscal Único é designado pela Assembleia Municipal de Felgueiras, mediante proposta da Câmara Municipal.

O mandato do Fiscal Único é de quatro anos civis, contando-se por completo o ano civil em que foi nomeado e podendo haver nova designação.

Uma vez terminado o seu mandato, o Fiscal Único deverá manter-se em funções até que tome posse o seu substituto.

Compete ao Fiscal Único:

Relatório do Governo Societário

- a. emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras;
- b. emitir parecer prévio sobre a necessidade da avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da empresa local e, sendo o caso, proceder ao exame previsional previsto no nº5 do artigo 40º da Lei nº50/2012, de 31 de agosto;
- c. emitir parecer prévio sobre a celebração de contratos-programa previstos nos artigos 47º e 50º da Lei nº50/2012, de 31 de agosto;
- d. fiscalizar a ação da Gerência;
- e. verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- f. participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa;
- g. proceder à verificação dos valores patrimoniais da empresa, bem como dos valores por ela recebidos em garantia, depósito ou a qualquer outro título;
- h. remeter semestralmente à Câmara Municipal de Felgueiras informação sobre a situação económica e financeira da empresa;
- i. pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa, a solicitação da Gerência;
- j. emitir parecer prévio sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório da Gerência e contas de exercício;
- k. emitir parecer prévio sobre a contração de empréstimos e a assunção de quaisquer obrigações financeiras;
- l. emitir a certificação legal das contas;
- m. exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei ou pelos presentes Estatutos.

A Assembleia Municipal de Felgueiras fixa a remuneração do Fiscal Único, tendo em conta as normas legais aplicáveis em matéria de honorários dos revisores oficiais de contas.

O valor relativo aos serviços prestados pela sociedade “Júlio Martins & Alves da Silva, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.” no exercício de

2023, ascendeu a 4.870,80€ (c/iva incluído).

O quadriénio iniciou-se em 2021, este órgão é composto pelo(s) seguinte(s) elemento(s):

- Alberto Manuel Alves da Silva Martins

5 REGULAMENTOS E CÓDIGOS

5.1 REGULAMENTO INTERNO

A Escola Profissional de Felgueiras, criada e em pleno funcionamento desde julho de 1991, é uma instituição de natureza privada, propriedade da sociedade E.P.F. – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda., criada em julho de 1999, que tem como sócia única a Câmara Municipal de Felgueiras. Prossegue fins de interesse público e desenvolve as suas atividades culturais, científicas, tecnológicas e pedagógicas de forma autónoma e sem limitações, para além das decorrentes da lei, possuindo autorização de funcionamento para ministrar diferentes modalidades de formação.

Nesta conformidade, e nos termos do preceituado Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho e pelos artigos 49.º, 50.º e 51.º, Decreto-Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, e demais legislação aplicável, designadamente o Regulamento Geral Proteção de Dados (RGPD) e as Medidas de Autoproteção e Segurança, elaborou e cumpre o seu Regulamento Interno, que depois de analisado e discutido nas instâncias dos alunos, professores e de aprovado pela Direção, rege a Escola Profissional de Felgueiras.

O referido regulamento interno e as regras aí definidas assegurem o cumprimento das metas e objetivos do projeto educativo, a integração social, o pleno desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos alunos, a preservação da segurança destes e do património da escola e dos restantes membros da comunidade educativa, assim como a realização profissional e pessoal de todos os colaboradores (pessoal docente e não docente).

5.2 CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA:

Não existe formalmente um Código de Ética e de Conduta, não obstante, o Conselho de Gerência da EPF, considera que tratou com equidade todos os seus

Relatório do Governo Societário

clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa e todas as entidades que estabeleceram alguma relação jurídica com a empresa.

6 DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO E SÍTIO NA INTERNET

A sociedade tem disponível no seu site em www.epfelgueiras.pt, nomeadamente a seguinte informação:

- Composição da estrutura de capital;
- Os relatórios de gestão e execução orçamental;
- Os planos de atividade e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- Orçamento anual;
- Os documentos anuais de prestação de contas.

6.1 TRANSPARÊNCIA:

Além de cumprir todas as obrigações de divulgação, a EPF procura que cada um dos seus relatórios seja mais claro e de fácil compreensão, permitindo à sociedade em geral acompanhar a gestão da empresa. Para além disso, foi divulgando no seu site informações com interesse para o público em geral.

As contas da Sociedade foram apresentadas de acordo com os regulamentos e as boas práticas de contabilidade e refletem de forma mais clara e fiável a atividade da empresa.

As Assembleias Gerais, foram devidamente convocadas nos termos legais e estatutários.

6.2 PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO:

De acordo com a definição do COSO – Enterprise Risk Management Framework: *“A gestão do risco empresarial é um processo, desenvolvido pela administração, a gestão e outros colaboradores de uma entidade, aplicado no estabelecimento da estratégia em toda a empresa, desenhado para identificar eventos potenciais*

que possam afetar a entidade, e gerir o risco dentro da apetência de risco da entidade, para garantir uma segurança razoável na realização dos objetivos”

O Conselho de Gerência tem procurado garantir, por parte da empresa, um desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilidade de informação financeira e de gestão fiável o mais completa possível e o respeito de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

6.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL:

A sociedade pauta a sua atuação por princípios de responsabilidade social.

As principais práticas de responsabilidade social da empresa durante o ano de 2023 foram as seguintes:

- Na área da gestão dos recursos humanos, facilitando a flexibilização dos horários de trabalho de modo a satisfazer as necessidades pessoais dos colaboradores sem prejudicar a operacionalidade da empresa;
- No pagamento atempado aos fornecedores;
- Na participação da equipa técnica na definição da política e estratégia da empresa;
- No cuidado em utilizar uma linguagem escrita e visual que dê igual estatuto e visibilidade às mulheres e aos homens nos documentos produzidos, editados e distribuídos.

6.4 POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE:

A política de recursos humanos da EPF tem por objetivo promover e garantir a adequação permanente da atividade dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos da empresa. A valorização e desenvolvimento profissional dos seus trabalhadores tem como objetivo o reforço das suas competências.

Os membros do conselho de gerência procuram sempre ouvir e envolver toda a equipa na gestão estratégica da organização e na definição da política de gestão dos recursos humanos visando o fortalecimento da motivação e estimulando o aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.



Relatório do Governo Societário

A sociedade promove uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, e a política de igualdade de tratamento de oportunidades entre os sexos está patente na paridade conseguida na composição dos seus quadros por elementos mistos, de ambos os sexos.

7 ORGANIZAÇÃO INTERNA

7.1 CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO

A gestão de risco, enquanto pedra basilar dos princípios de bom governo da sociedade, é uma área considerada fundamental na EPF, que promove a consciencialização permanente de todos os seus colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

A gestão de riscos é, assim, assegurada pela direção da EPF, com base na seguinte metodologia, que inclui várias etapas:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados, os riscos internos e externos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos da entidade
- Controlo interno e gestão de riscos, Relatório e Contas 2023, Relatório do Governo Societário.

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência/departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

7.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

7.3 RISCO DE LIQUIDEZ

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.

A gerência/departamento financeiro debate-se frequentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria, consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) cujas transferências de verbas, que por vezes sofrem longos e constantes atrasos. Contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional e dos Fundos Públicos (CPN) que durante o ano de 2023 não foram compensadas por outras fontes de financiamento.

8 REMUNERAÇÕES

8.1 COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

8.1.1 - Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da direção executiva e/ou gerente da sociedade.

Remuneração da Direção Executiva	Assembleia Geral
----------------------------------	------------------

Na sequência da nomeação na Assembleia Geral da Sociedade, foi outorgado o contrato de gestão, nos termos e para os efeitos dos artigos 18.º e 30.º do Estatuto do Gestor Público (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março), ex VI, artigo 30.º, n.º 4, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), que define os termos e condições do exercício das funções do Gestor Público, enquanto Gerente da EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda.

Relatório do Governo Societário

8.1.2 - Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os seus membros de órgão ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51º do RJSPE).

Não aplicável face ao modelo de governação da EPF (gerência singular).

8.1.3 - Qualificações profissionais, conhecimentos e experiência da gerência.

Vera Lúcia Ribeiro Sampaio (gerente)

- Licenciatura (**DESE**) em Gestão Financeira - ISAG;
- Bacharelato em Gestão de Empresas - ISAG;
- Especialização em Contabilidade e Fiscalidade - Instituto Politécnico do Porto/ISCAP;
- Especialização em Inovação e Criatividade: As Tecnologias da Informação e Comunicação - ISCE;
- Profissionalização em Serviço, na componente de Ciências da Educação - Universidade do Minho;
- Formação Complementar em diversas áreas: Gestão, Contabilidade, Recursos Humanos e Informática, entre outras;
- Inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados

Exerceu diferentes funções/cargos ao longo da sua carreira profissional (iniciada em 1988, no Grupo Têxtil Luís Correia), tais como, no Controlo de Gestão e Orçamentos, Contabilista Certificada e responsável pela direção financeira de diversas empresas na área de arquitetura, construção civil, calçado, e componentes para calçado.

Na Escola Profissional de Felgueiras - formadora/docente desde 1993 a 2018, cumulativamente coordenadora de curso e diretora de turma, e contabilista certificada de 2004 a 2013.

8.2 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

A rubrica de “Gastos com o pessoal – Órgãos de Gestão” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	43.840,24€	42.912,94€

9 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade. O órgão de fiscalização da Sociedade tem acesso aos termos da potencial operação a realizar, com um nível rigoroso de detalhe, podendo ainda solicitar todos os esclarecimentos e informações adicionais que considere adequados ou necessários. O seu parecer é, naturalmente, vinculativo. Por outro lado, a Sociedade pauta a sua atuação, em todos os domínios e em especial neste, por critérios de rigor e transparência. A Sociedade tem considerado, por isso, que até à data não se revelou necessária a adoção de uma política formal que estabeleça critérios de materialidade na medida em que as potenciais transações que assumem essa materialidade passam por um apertado escrutínio nos termos definidos pela lei.

10 AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente relatório de governo da sociedade apresenta a descrição da estrutura de governo societário vigente na EPF, apresentando ainda as políticas e as práticas cuja adoção, na vigência de tal modelo, se revelam necessárias e adequadas para garantir uma governação alinhada com as melhores práticas nesta matéria. A avaliação apresentada cumpre os deveres de informação exigidos pela Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, assim como pelos artigos 447.º e 448.º do CSC, entre outros.

Este Relatório deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2023.

A gestão integrada e eficaz é um desígnio do conselho de gerência da EPF que, estimulando a transparência no relacionamento com terceiros e com o mercado, tem pautado o seu desempenho pela busca permanente da criação de valor, na promoção dos legítimos interesses de todas as partes intervenientes da Sociedade e demais Stakeholders.

Relatório do Governo Societário

No final de cada ano são analisados os resultados dos indicadores e compilados esses resultados num relatório de autoavaliação que tem por objetivo auxiliar a definição de objetivos para o ano seguinte.

Caso sejam verificados desvios, é criado, com a participação de todas as partes interessadas, um plano de ações de melhoria, baseado nos resultados dos indicadores. As conclusões decorrentes desse relatório de autoavaliação serão divulgadas no final de cada trimestre e no final de cada ano, de modo a poder recolher sugestões que permitam a melhoria dos resultados obtidos.

O respetivo relatório também estará disponível na escola para consulta das restantes partes interessadas.

11 OUTRAS INFORMAÇÕES

Em linha com o que vem sendo dito, e dá nota que das muitas recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades, muitas não lhe são aplicáveis pelas razões supra expostas, e dada a sua natureza jurídica e objeto social.

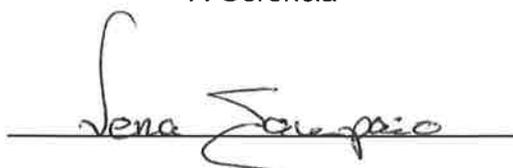
12 ANEXOS DO RGS

Como anexos ao relatório da empresa deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2023.
2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.
3. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função sócio dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2023.

Felgueiras, 13 de agosto de 2024

A Gerência



Vena Zamparo



Ordem do dia
Ponto n.º 02

Sessão ordinária de
2024.09.27

EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPessoal, LDA. – PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2023 - Presente o ofício 018 -GER/2024, de 09 de setembro de 2024, acompanhado do "Relatório de Gestão e Contas - 2023" da EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda., em anexo. -----

O Senhor Presidente exarou o seguinte despacho: "À reunião de Câmara para conhecimento."--
Deliberação - A Câmara Municipal toma conhecimento do Relatório de Gestão e Contas da EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal Lda., referentes ao ano de 2023 e remete à Assembleia Municipal para o mesmo fim. -----

Deliberação: - A Assembleia Municipal toma conhecimento. -----

A Mesa da Assembleia,

Abílio Alun
Fernando Sousa
Silvino Rodrigues





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Ordem do dia
Ponto n.º 20

Ata n.º 22
2024.09.19

EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA. – PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2023 - Presente o ofício 018 - GER/2024, de 09 de setembro de 2024, acompanhado do "Relatório de Gestão e Contas - 2023" da EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda., em anexo.-----

O Senhor Presidente exarou o seguinte despacho: "À reunião de Câmara para conhecimento."-----

Deliberação - A Câmara Municipal toma conhecimento do Relatório de Gestão e Contas da EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal Lda., referentes ao ano de 2023 e remete à Assembleia Municipal para o mesmo fim.-----

Nuno
Alexandre
Martins da
Fonseca

Assinado de forma digital por
Nuno Alexandre Martins da
Fonseca
DN: c=PT, title=Presidente da
Câmara Municipal,
o=Município de Felgueiras,
sn=Martins da Fonseca,
givenName=Nuno Alexandre,
cn=Nuno Alexandre Martins da
Fonseca
Dados: 2024.09.19 18:44:13
+01'00'

Assinado por: **Paula Carina Carvalho e Silva**
Data: 2024.09.19 21:33:06+01'00'

